

# EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO № 047/2025

O CONSORCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE – CIM POLINORTE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ: 02.618.132/0001-07, com sede situada na Rua Martins Pescadores, s/n, Edifício Gilson Amaro, Bairro Professora Ericina Macedo Pagiola, Ibiraçu/ES, por meio da Pregoeira e Equipe de Apoio, designadas pela PORTARIA CIM POLINORTE/ES Nº 031-P DE 05 DE MAIO DE 2025, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, conforme autorização contida no processo nº 545/2025, na data, horário e local abaixo assinalados, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICO, do tipo menor preço, objetivando o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MÓVEIS DE ESCRITÓRIO (MODULADOS/PRÉ FABRICADOS), conforme especificações constantes do Termo de Referência e seus anexos. O procedimento licitatório será regido Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Portaria 16-R de 06-11-2023 - com as alterações que lhe sucederam, bem como demais legislações aplicáveis à matéria e, de acordo com o disposto no presente Edital e respectivos anexos, que dele passam a fazer parte integrante para todos os efeitos, independentemente de transcrição.

Modalidade	Pregão Eletrônico
Regime de Execução	Indireta
Critério de Julgamento	Menor Preço por Lote
Modo de disputa	Aberto e Fechado
Entes Participantes	MUNICÍPIO DE IBIRAÇU/ES MUNICÍPIO DE JOÃO NEIVA/ES MUNICÍPIO DE LINHARES MUNICÍPIO DE RIO BANANAL/ES MUNICÍPIO DE SANTA LEOPOLDINA/ES MUNICÍPIO DE SANTA TERESA/ES MUNICÍPIO DE SÃO ROQUE DO CANAÃ MUNICÍPIO DE SOORETAMA/ES CONSÓRCIO CIM POLINORTE
Valor máximo admitido	R\$ 8.802.869,04
Prazo de Validade da Proposta	90 dias, contados a partir da data da realização do certame
Portal	Portal BLL Compras – https://bll.org.br/

Deverão ser observadas as seguintes datas e horários para os procedimentos:

DATA INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:	15/10/2025 às 17h00min
---	------------------------

# CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



LIMITE PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:	29/10/2025 às 08h00min
DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DAS PROPOSTAS:	29/10/2025 às 08h00min
DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:	29/10/2025 às 09h00min
ID	2025.501C2600003.01.0028
REFERÊNCIA DE TEMPO:	HORÁRIO DE BRASÍLIA.

# 1 DO OBJETO

- 1.1. O Objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MÓVEIS DE ESCRITÓRIO** (MODULADOS/PRÉ FABRICADOS), conforme especificações constantes do Termo de Referência e seus anexos ao presente Edital de Pregão Eletrônico, disponível na plataforma de licitação "https://bll.org.br/.
- 1.2. A licitação será dividida em lotes, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- 1.3. O objeto desta licitação será executado rigorosamente de acordo com as especificações do objeto e a documentação solicitada descritas no "PORTAL BLL", Termo Referência (Anexo I Do Edital), Minuta de Proposta Comercial (Anexo II Do Edital).
- 1.4. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto, documentação solicitada descritas no "https://bll.org.br/" e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as do Edital.
- 1.5. As especificações detalhadas da execução estão discriminadas no Termo de Referência anexo do instrumento de convocação, devendo ser observado pelo licitante quando da elaboração da proposta.

# 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

# 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no sistema "BLL", provido pela Bolsa de Licitações e Leilão do Brasil – BLL (http://bll.org.br/).



- 3.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao Bolsa de Licitações e Leilão do Brasil BLL no endereço eletrônico http://bll.org.br/cadastro/, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.
- 3.3. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Consórcio Público da Região Polinorte CIM Polinorte a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 3.4. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão e demais atos até homologação do certame, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 3.5. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.6. Dúvidas referentes a manuseio da plataforma devem ser tratadas diretamente com a empresa BLL (https://bll.org.br/), não sendo responsabilidade do CIM Polinorte eventuais falhas da empresa licitante por desconhecimento das funções da plataforma.
- 3.7. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.7.1. Aquele que não atenda às condições deste edital e seu(s) anexo(s);
- 3.7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



- 3.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.7.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.7.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 3.7.10. Organizações da sociedade civil de interesse público OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.8. O impedimento de que trata o item 3.8.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.8.2 e 3.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.11. O disposto nos itens 3.8.2 e 3.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física



ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.13. A vedação de que trata o item 3.8.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

# 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico da BLL Bolsa de Licitações e Leilão do Brasil (www.bllcompras.org.br), a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.2.1. Quando tratar-se de aquisição de bens, o licitante deverá informar na proposta, em campo próprio do sistema eletrônico, a Marca do Objeto ofertado, conforme o caso, *sob pena de desclassificação da proposta*.
- 4.2.2. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse edital.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial na plataforma, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2. Não empregar menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do <u>artigo 7°, XXXIII, da Constituição</u>;
- 4.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;



- 4.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargo para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdências Social, previstas em lei e em outas normas específicas.
- 4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 46 da LC nº 123/2006.
- 4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na <u>Lei Complementar nº 123, de 2006</u>, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.5.3. Não se aplicam os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, quando as microempresas e às empresas de pequeno porte, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 4.5.4. Não se aplicam os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, quando o valor estimado para o certame for superior à receita bruta máxima admitida para enquadramento como empresa de pequeno, conforme observado no disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 4.5.5. Nesse certame não haverá cotas para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, nos termos do art.49, III da Lei Complementar 123/2006.
- 4.5.6. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.
- 4.5.7. Até a abertura da proposta, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.
- 4.5.8. As propostas terão validade de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital. Serão aceitas propostas com validade superior. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.



- 4.5.9. Ser cotada obrigatoriamente em Real (R\$), com até 02 (duas) casas decimais após a vírgula, com fixação do prazo de Validade da Proposta;
- 4.5.10. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.
- 4.6. A falsidade das declarações prestadas no certame sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no Sistema Eletrônico, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no Sistema Eletrônico poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do subitem 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade



promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

- 4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do Sistema Eletrônico qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

# 5. DO PREENCHIMENTO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. valor total do lote;
- 5.1.2. Marca / Modelo (se for o caso);
- 5.1.3. Fabricante (se for o caso);
- 5.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo estabelecido neste edital;
- 5.1.5. Descrição do objeto, contendo as informações relativas à especificação do Termo de Referência Anexo I;
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para a contratação.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

# CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência Anexo I, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.8.
- 5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Órgão de Controle e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

# 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico **BLL Bolsa de Licitações e Leilão do Brasil**, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

# CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



- 6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do lote.
- 6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.8. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente o inexequível.

# 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

- 6.11. No modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



- 6.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.12. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.13. Caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação, o Agente de Contratação/Pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada.
- 6.14. Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.
- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante. O sistema não identificará os autores dos lances para os demais participantes e nem para o Agente de Contratação/Pregoeiro.
- 6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação e/ou chat da plataforma de licitações.
- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.



- 6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no <u>art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021</u>, nesta ordem:
- 6.21.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.21.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.21.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.21.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:



- 6.21.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do órgão ou entidade da Administração Pública estadual licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 6.21.2.2. Empresas brasileiras;
- 6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.21.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.22. Só serão aceitas propostas com valor igual ou inferior ao máximo estimado para o lote constante no edital.

# 7. DA NEGOCIAÇÃO

- 7.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 7.1.1 Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.
- 7.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 7.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 7.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.



- 7.7. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para realização de diligências, bem como análise documental, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema, com no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 7.8. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

# 8. DA FASE DE JULGAMENTO

- 8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou da futura contratação mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis);
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade adm/consultar requerido.php).
- c) Certidão Negativa de Licitante Inidôneo, expedida pelo Tribunal de Contas da União (https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:).
- d) Cadastro de Fornecedores do Estado do Espírito Santo CRC/ES (https://www.siga.es.gov.br/sgc/faces/pub/sgc/tabbasicas/FornecedoresSancionadosPageList.js p?opcao=todos).
- 8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).
- 8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN  $n^2$  3/2018, art. 29, §1 $^2$ ).
- 8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



- 8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.7 e 4.5 deste edital.
- 8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

# 8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 8.7.1. contiver vícios insanáveis;
- 8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência Anexo I;
- 8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 8.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.



- 8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 8.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 8.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 8.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
- 8.18. Encerrado o julgamento, será disponibilizada a respectiva ata, com a ordem de classificação das propostas.

# 9. DAS AMOSTRAS

9.1. Não haverá amostras.



# 10. DA HABILITAÇÃO

- 10.1. O licitante classificado em primeiro lugar deverá anexar exclusivamente por meio da plataforma do sistema BLL (http://bll.org.br), a documentação de habilitação, no prazo de 2 (duas) horas, contados a partir da solicitação do Agente de Contratação.
- 10.2. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da presente licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme indicado a seguir.

# 10.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual, certificado da Condição do Microempreendedor Individual CCMEI ou cédula de identidade em se tratando de pessoa física não empresária;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 10.2.1.1 O representante da empresa (representante legal ou procurador) responsável pela assinatura do Contrato/Ata de Registro de Preços, deverá identificar-se apresentando cópia de documento oficial de identificação que contenha foto.
- 10.2.1.2 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 10.2.1.3 Deverá estar prevista no estatuto ou contrato social da licitante a autorização para empreender atividades compatíveis com o objeto desta Licitação.

# 10.4. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual (com situação ativa) ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.

# CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;
- d) Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, da sede ou do domicílio do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- e) Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Municipal da sede ou do domicílio do licitante relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação;
- f) Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- h) Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- i) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição (Anexo III);

# 10.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 10.5.1. Certidão negativa de pedido de falência, recuperação judicial, ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante em data não superior a 30 (trinta) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.
- 10.5.2. Balanço patrimonial e demonstrações de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta; Estes documentos deverão conter as assinaturas dos sócios, do contador ou técnico responsável com os respectivos termos de abertura e encerramento, registrados na Junta Comercial ou Cartório de Registro, comprovando a boa situação financeira da empresa, veda a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. As empresas obrigadas, na forma da Lei, a escriturara movimentação contábil através do Sistema Público de Escrituração Contábil Digital (SPED) deverão apresentar o Recibo e as Demonstrações Contábeis extraídas do Sistema Público de Escrituração Contábil Digital (SPED) juntamente com os Termos de Abertura e Encerramento do último exercício social;

# CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



# 10.5.2.1. Se tratando de MEI - Micro Empreendedor Individual, será indispensável a apresentação do Balanço patrimonial;

- 10.5.3. O conjunto completo de demonstrações contábeis da entidade deve incluir todos os seguintes demonstrativos, no que couber:
- a) balanço patrimonial ao final do período;
- b) demonstração do resultado do período de divulgação;
- c) demonstração do resultado abrangente do período de divulgação. A demonstração do resultado abrangente pode ser apresentada em quadro demonstrativo próprio ou dentro das mutações do patrimônio líquido. A demonstração do resultado abrangente, quando apresentada separadamente, começa com o resultado do período e se completa com os itens dos outros resultados abrangentes;
- d) demonstração das mutações do patrimônio líquido para o período de divulgação;
- e) demonstração dos fluxos de caixa para o período de divulgação;
- f) notas explicativas, compreendendo o resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias.

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL	ME E EPP ITG 1000	PME's NBCTG 1000	REGRA GERAL	S.A DE CAPITAL ABERTO	
B.P.	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	
D.R.	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	io Obrigatório	
D.R.A.	Facultativa	Pode ser substituída pela DLPA	Obrigatório	Obrigatório	
D.L.P.A.	Facultativa	Facultativa (Obrigatória se substituír a DRA ou a DMPL)	Facultativa	Facultativa	
D.M.P.L.	Facultativa	Pode ser Substituída pela DLPA	Obrigatório	Obrigatório	
D.F.C.	Facultativa	Obrigatório	Obrigatório Obrigatório		
N.E.	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	
D.V.A.	Facultativa	Facultativa	Facultativa	Obrigatório	

10.5.4. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas.

	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo	
LG =		

# CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



SG = _	Ativo Total	
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	
LC =	Ativo Circulante	
	Passivo Circulante	

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

10.5.5. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

# 10.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.6.1. Será exigida a apresentação de **Atestado (s) de Capacidade Técnica** em nome da empresa licitante, fornecido (s) por empresa, órgãos ou entidades da Administração Pública ou Privada, que comprove (m) a aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades indicadas no TERMO DE REFERÊNCIA;

10.6.1.1. O(s) atestado(s) deve(m) ser emitido(s) em papel timbrado da empresa contratante, assinado por seu representante legal, contendo a identificação do nome por extenso, discriminando o teor da contratação e os dados da empresa contratada;

10.6.2. Juntamente com os documentos de habilitação o licitante deverá enviar catálogo com fotos e ficha técnica dos produtos ofertados e que devem ser condizentes com os itens os descritos e para os quais pretende ofertar lances, atendendo rigorosamente as especificações contidas na proposta escrita sob pena de desclassificação. A pregoeira poderá solicitar das empresas documentalmente habilitadas as amostras dos materiais utilizados na fabricação dos móveis e cadeiras para apuração da qualidade, podendo, após análise dos produtos, inabilitar tecnicamente a empresa.

10.7. - DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR — Licitantes regidos pela Lei Complementar nº 123/2006:

a) No caso de licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar

# CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus art. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133 de 2021;

- b) Declaração de que está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do objeto licitado, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.
- **10.7.1.** O enquadramento como microempresa ME, empresa de pequeno porte EPP e Microempreendedor Individual dar-se-á nas condições estipuladas na Lei Complementar nº 123/06 e da Lei Geral Municipal n°.3762/2013.
- **10.7.2**. O licitante deverá apresentar na etapa de habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição.
- **10.7.3.** A fruição dos benefícios licitatórios determinados pela Lei Complementar nº 123/06 independe da habilitação da ME /EPP para a obtenção do regime tributário simplificado.
- **10.7.4.** Poderão participar do certame, nos termos do artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006 e do art. 27 da Lei Geral Municipal n.º 3.762/2013, microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte assim caracterizadas nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/2006 e art. 5° da L ei Geral Municipal n°.3762/2013.
- **10.7.5.** A comprovação da condição de microempreendedor individual, microempresa e empresa de pequeno porte deverá ser apresentada juntamente com os documentos de HABILITAÇÃO, da seguinte forma:
- 10.7.1. Licitantes optantes pelo Sistema Simples Nacional de Tributação, regido pela Lei Complementar 123/2006:
- a) comprovante de opção pelo Simples obtido através do site do Ministério da Fazenda;
- **10.7.1.1.** Licitantes não optantes pelo Sistema Simples de Tributação, regido pela Lei Complementar nº. 123/2006:



- a) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Artigo 3º da L C 123/06;
- **10.7.1.2.** O licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que desejar obter os tratamentos previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá apresentar a CERTIDÃO EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL, seguindo a previsão da Instrução Normativa DREI nº 10/2013 ou norma que venha a substituí-la.
- **10.7.1.3.** Caso o licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte seja optante pelo Sistema Simples Nacional de Tributação, regido pela Lei Complementar nº 123/2006, deverá apresentar também o comprovante de opção obtido no site do Ministério da Fazenda.
- **10.7.1.4.** O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos na esfera civil, penal e administrativa.
- 10.8. Declaração para Outras Comprovações, em conformidade com o modelo constante do Anexo III:
- a) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação;
- b) Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- c) Declaração de que inexiste quaisquer fatos impeditivos à sua participação na licitação, bem como que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes;
- d) Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- f) No caso de licitante organizado em cooperativa, deverá declarar ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021;
- g) Declaração de que está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do objeto licitado, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar



ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

- h) Declaração de que a proposta foi elaborada de forma independente.
- i) No caso de licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

# 10.9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO

10.9.1 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.9.2 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.9.3 Os licitantes que não apresentarem todos os documentos acima exigidos, ou que os apresentarem incompletos, incorretos, serão considerados inabilitados.

10.9.4 Os documentos exigidos, quando não contiverem o prazo de validade expressamente determinado, não poderão ter suas datas de expedição anteriores a mais de 90 (noventa) dias, contados da data da abertura da sessão.

10.9.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia autenticada ou cópia com autenticação através de sistema digital ou outro meio similar.

10.9.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

10.9.7. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas somente será exigida para efeito de contratação, porém, ser obrigatória durante a fase de habilitação a apresentação dos documentos indicados no subitem 10.4, ainda que veiculem restrições impeditivas à referida comprovação;

10.9.8. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a

# CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



contar do momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação com emissão de certidões negativas ou positivas com efeito de negativas;

10.9.9. Durante o decurso do prazo referido no subitem 10.9.8., o licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentar os documentos de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo com restrição, será considerada habilitado e permanecerá no processo.

10.9.10. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem 10.9.8. implicar na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, procedendo-se convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório.

10.9.11. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.9.12. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, no prazo de 02 (DUAS) HORAS, sob pena de inabilitação.

10.9.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

10.9.14. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

10.9.15. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

10.9.16. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração do licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ele firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da omissão.

10.9.17. Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação ou comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhe eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.9.18. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para realização de diligências, bem como análise documental, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema, com no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.



10.9.19. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 10.9.12.

10.9.20. Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor do certame.

10.9.21. Se o licitante desatender às exigências para a habilitação, o Pregoeiro, respeitada a ordem de classificação, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

10.9.22. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.9.23. Por meio de aviso lançado no sistema, o Pregoeiro informará aos demais licitantes que poderão consultar as informações cadastrais do licitante vencedor com o uso da opção disponibilizada no próprio sistema para tanto.

10.9.24. Para fins de análise dos documentos de habilitação quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

10.9.25. Do resultado do julgamento da habilitação caberá recurso na forma definida no presente Edital.

# 10.7.1 - DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR — Licitantes regidos pela Lei Complementar nº 123/2006:

a) No caso de licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus art. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133 de 2021;

b) Declaração de que está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do objeto licitado, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar



ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

- **10.7.1.1.** O enquadramento como microempresa ME, empresa de pequeno porte EPP e Microempreendedor Individual dar-se-á nas condições estipuladas na Lei Complementar nº 123/06 e da Lei Geral Municipal n°.3762/2013.
- **10.7.1.2**. O licitante deverá apresentar na etapa de habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição.
- **10.7.1.3.** A fruição dos benefícios licitatórios determinados pela Lei Complementar nº 123/06 independe da habilitação da ME /EPP para a obtenção do regime tributário simplificado.
- **10.7.1.4.** Poderão participar do certame, nos termos do artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006 e do art. 27 da L ei Geral Municipal n.º 3.762/2013, microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte assim caracterizadas nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/2006 e art. 5° da L ei Geral Municipal n°.3762/2013.
- **10.7.1.5.** A comprovação da condição de microempreendedor individual, microempresa e empresa de pequeno porte deverá ser apresentada juntamente com os documentos de HABILITAÇÃO, da seguinte forma:
- 10.7.2. Licitantes optantes pelo Sistema Simples Nacional de Tributação, regido pela Lei Complementar 123/2006:
- a) comprovante de opção pelo Simples obtido através do site do Ministério da Fazenda;
- **10.7.2.1.** Licitantes não optantes pelo Sistema Simples de Tributação, regido pela Lei Complementar nº. 123/2006:
- a) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Artigo 3º da L C 123/06;
- 10.7.2.2. O licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que desejar obter os tratamentos previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá apresentar a CERTIDÃO EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL, seguindo a previsão da Instrução Normativa DREI nº 10/2013 ou norma que venha a substituí-la.
- **10.7.1.3.** Caso o licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte seja optante pelo Sistema Simples Nacional de Tributação, regido pela Lei Complementar nº 123/2006, deverá apresentar também o comprovante de opção obtido no site do Ministério da Fazenda.
- **10.7.1.4.** O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos na esfera civil, penal e administrativa.



# 10.8. Declaração para Outras Comprovações, em conformidade com o modelo constante do Anexo III:

- a) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação;
- b) Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- c) Declaração de que inexiste quaisquer fatos impeditivos à sua participação na licitação, bem como que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes;
- d) Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- f) No caso de licitante organizado em cooperativa, deverá declarar ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021;
- g) Declaração de que está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do objeto licitado, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.
- h) Declaração de que a proposta foi elaborada de forma independente.
- i) No caso de licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

# 10.9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO

10.9.1 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

# CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



- 10.9.2 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 10.9.3 Os licitantes que não apresentarem todos os documentos acima exigidos, ou que os apresentarem incompletos, incorretos, serão considerados inabilitados.
- 10.9.4 Os documentos exigidos, quando não contiverem o prazo de validade expressamente determinado, não poderão ter suas datas de expedição anteriores a mais de 90 (noventa) dias, contados da data da abertura da sessão.
- 10.9.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia autenticada ou cópia com autenticação através de sistema digital ou outro meio similar.
- 10.9.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 10.9.7. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas somente será exigida para efeito de contratação, porém, ser obrigatória durante a fase de habilitação a apresentação dos documentos indicados no subitem 10.4, ainda que veiculem restrições impeditivas à referida comprovação;
- 10.9.8. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação com emissão de certidões negativas ou positivas com efeito de negativas;
- 10.9.9. Durante o decurso do prazo referido no subitem 10.9.8., o licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentar os documentos de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo com restrição, será considerada habilitado e permanecerá no processo.
- 10.9.10. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem 10.9.8. implicar na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, procedendo-se convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório.
- 10.9.11. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 10.9.12. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, no prazo de 02 (DUAS) HORAS, sob pena de inabilitação.



- 10.9.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 10.9.14. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 10.9.15. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 10.9.16. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração do licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ele firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da omissão.
- 10.9.17. Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação ou comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhe eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 10.9.18. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para realização de diligências, bem como análise documental, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema, com no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 10.9.19. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 10.9.12.
- 10.9.20. Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor do certame.
- 10.9.21. Se o licitante desatender às exigências para a habilitação, o Pregoeiro, respeitada a ordem de classificação, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.
- 10.9.22. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 10.9.23. Por meio de aviso lançado no sistema, o Pregoeiro informará aos demais licitantes que poderão consultar as informações cadastrais do licitante vencedor com o uso da opção disponibilizada no próprio sistema para tanto.



- 10.9.24. Para fins de análise dos documentos de habilitação quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 10.9.25. Do resultado do julgamento da habilitação caberá recurso na forma definida no presente Edital.
- 10.9.26. Nos casos de emissão de declaração falsa, a empresa licitante estará sujeita à tipificação no crime de falsidade ideológica, prevista no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, bem como as sanções previstas na L ei Federal nº 14.133 de 2021, e neste Edital.

# 10.10. GARANTIA:

10.10.1. Não se aplica.

# 11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no Portal Nacional de Compras Públicas PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de

# CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

- 11.8. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Compras Públicas PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 11.9. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 11.9.1. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 11.9.2. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.9.2.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação;
- 11.9.2.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
- 11.9.3. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 11.10. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 11.10.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 11.10.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 11.10.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 11.10.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.11. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- 11.12. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os

# CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

11.13. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 11.12, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

# 12. DA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA

- 12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- 12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- 12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original
- 12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
- 12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- 12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas no Regulamento do Consórcio Público da Região Polinorte CIM POLINORTE.
- 12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

# CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

# 13. DOS RECURSOS

- 13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei de Licitações, especificamente no §1º, inciso II da Lei nº 14.133, de 2021.
- 13.1.1. A apreciação dar-se-á em fase única.
- 13.1.2. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.
- 13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados para defesa de seus interesses.

# 14. AS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

# CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



- 14.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 14.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 14.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 14.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 14.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;
- 14.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 14.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 14.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração;
- 14.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 14.1.5. Fraudar a licitação.
- 14.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 14.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 14.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 14.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 14.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 14.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 14.2. Com fulcro na <u>Lei nº 14.133, de 2021</u>, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 14.2.1. Advertência;
- 14.2.2. Multa;
- 14.2.3. Impedimento de licitar e contratar e



- 14.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 14.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 14.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 14.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 14.3.4. Os danos que dela provierem para a administração pública;
- 14.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2. e 14.1.3., a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4., 14.1.5., 14.1.6., 14.1.7, e 14.1.8., a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1., 14.1.2, e 14.1.3., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4., 14.1.5., 14.1.6., 14.1.7, e 14.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1., 14.1.2, e 14.1.3., que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às



penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

- 14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 14.15. No caso de cumprimento voluntario do item 14.5 o CIM Polinorte deverá ingressar com ação de cobrança judicial.

# 15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 15.1.1. A impugnação deverá conter os seguintes dados do interessado ou de quem o represente: nome e endereço completos e de e-mail, telefone, data e assinatura do interessado ou de seu representante, formulação do pedido, com exposição dos fatos e seus fundamentos.



- 15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 15.2.1. Caberá ao Pregoeira, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração deste edital, decidir sobre a impugnação.
- 15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através da plataforma BLL Bolsa de Licitações e Leilão do Brasil (www.bllcompras.org.br).
- 15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 15.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 15.5. Acolhida à impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 15.6. Qualquer modificação no edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 15.7. Impugnações sem fundamentos jurídicos e/ou técnicos serão consideradas de cunho protelatório poderão ser desconsiderados.

# 16. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 16.1. Inexistindo manifestação recursal ou decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Pregoeiro encaminhará o processo à Autoridade Superior que adjudicará o objeto ao licitante classificado em primeiro lugar e homologará o procedimento licitatório.
- 16.2. Homologado o resultado classificatório pela Autoridade Competente, será publicado nos meios oficiais.
- 16.3. Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o termo de contrato no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 16.3.1. O prazo fixado no item anterior poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

#### CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



16.4. No ato de assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a execução contratual.

## 17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. Por tratar-se de Registro de Preços, os custos correrão à conta da dotação orçamentária de cada órgão CONTRATANTE (Ente Participante) através da Ata de Registro de Preços, ou que obtenha a autorização para adesão à Ata de Registro de Preços por parte do Órgão Gerenciador, sendo obrigatória a indicação da dotação orçamentária antes da efetiva aquisição.

## 18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 18.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 18.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 18.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília DF.
- 18.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 18.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 18.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 18.7. Os participantes do Certame deverão verificar diariamente as mensagens, alterações, informações e prazos, disponibilizadas pelo Pregoeiro via chat no sistema eletrônico (www.bll.org.br) até o encerramento final da Licitação com a adjudicação e homologação do Objeto.
- 18.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 18.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 18.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

#### CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



- 18.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no endereço eletrônico <a href="www.cimpolinorte.es.gov.br">www.cimpolinorte.es.gov.br</a> e na plataforma da BLL Bolsa de Licitações do Brasil www.bllcompras.org.br .
- 18.12. As licitantes por si e por seus colaboradores, obrigam-se a atuar em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, sob pena das cominações legais previstas.

O preço máximo admitido para o presente processo licitatório é de: R\$ 8.802.869,04 (Oito milhões, oitocentos e dois mil, oitocentos e sessenta e nove reais e quatro centavos).

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 18.14.1. ANEXO I Termo de Referência
- 18.14.2. ANEXO II Formulário de Especificação e Preço;
- 18.14.3. ANEXO III Modelo de Declaração para Outras Comprovações;
- 18.14.4. ANEXO IV Minuta de Ata de Registro de Preços;
- 18.14.5. ANEXO V Minuta de Termo de contrato.

Ibiraçu, 15 de outubro de 2025.

#### JOSIANE DIAS ROSÁRIO

AGENTE DE CONTRATAÇÃO — CIM POLINORTE PORTARIA CIM POLINORTE/ES № 031-P DE 05 DE MAIO DE 2025

Alegre, Aracruz, Cariacica, Ibiraçu, Fundão, João Neiva, Linhares, Santa Teresa, São Roque do Canaã, Santa Leopoldina, Sooretama, Rio Bananal e Viana.

Rua: Martins Pescadores, S/N, Bairro Ericina, Ibiraçu – ES – Cep: 29.670-000 Tel: (27) 98125-0110 / (27) 98125-0143 – http://www.cimpolinorte.es.gov.br/



#### ANEXO I

# TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MÓVEIS DE ESCRITÓRIO (MODULADOS/PRÉ FABRICADOS), conforme especificações constantes do Termo de Referência.

PROCESSO DE № 545/2025

- 2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO
- 2.1. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES:

	LOTE 01 – ARMÁRIOS E MESAS						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT. MÁXIMO	QUANT. MÁXIMO	VALOR UNT.	VALOR TOTAL	
1	ARMÁRIO BAIXO - COR CINZA, GRAFITE OU MARFIM - Dimensões: 800mm Largura x 450mm Profundidade x 735mm Altura. TAMPO.: Produzido em MDP BP 25mm revestido em ambas as faces acabamento em fita de bordo PVC 1mm aplicado exclusivamente pelo processo "Hot Melting" recebe acabamento fresado com raio de 1mm.  LATERAIS/PRATELEIRAS/BASE/COSTA .: Produzido em MDP BP 15mm revestido em ambas as faces acabamento em fita de bordo PVC 1mm aplicado exclusivamente pelo processo "Hot Melting" recebe acabamento fresado com raio de 1mm. 2 PORTAS: Produzidos em MDP BP 15mm revestidos em ambas as faces acabamento em fita de bordo PVC 1mm aplicado exclusivamente pelo processo "Hot Melting" recebe acabamento em fita de bordo PVC 1mm aplicado exclusivamente pelo processo "Hot Melting" recebe	UNIDADE	01	239	R\$ 1.142,28	R\$ 273.004,92	

#### CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



	acabamento fresado com raio de					
	1mm. Abertura 105° através de					
	dobradiças caneco 35mm,					
	acabamento niquelado, fechamento					
	automático e travamento com					
	fechadura/chave (com alojamento					
	de zamac e acabamento niquelado).					
	2 puxadores produzidos em ABS					
	injetado e haste de alumínio.					
	MONTAGEM.: Fixação através de					
	sistema de Minifix de aço, cavilhas					
	em madeira, sapata niveladora com					
	parafuso de aço e acabamento					
	polipropileno injetada.					
	CERTIFICADO DE CARANTIA DE E					
	CERTIFICADO DE GARANTIA DE 5					
	ANOS.					
	725604					
	<i></i>					
	ARMÁRIO ALTO - COR CINZA, ARGILA	UNIDADE	01	337	R\$ 3.109,00	R\$ 1.047.733,00
	OU GRAFITE - Dimensões: 800mm					
	Largura x 2060mm Altura x 500mm					
	Profundidade. Tampo:					
	'					
	'					
2	densidade (Médium Density					
	Particleboard). São aglutinadas e					
	compactadas com resina sintética					
	por meio de pressão e calor,					
	revestidas com lâminas de papel					
	impregnada com resinas					
	melamínicas em ambas as faces.					
	Destaca-se pela característica de sua					
•						



alta densidade, assegurada pela perfeita distribuição das partículas de madeira. Sendo um produto tecnológico e econômico para a produção de móveis. As chapas possuem densidade de 595 kg/m³, densidade da camada externa 900 kg/m³, resistência à tração perpendicular kgf/cm<sup>2</sup> 4,5, resistência à flexão estática kgf/cm² 135, resistência superficial kgf/cm² 14,5, inchamento médio 6% e umidade de 6 a 10% teor de formaldeído Formol/100g Mg am.seca <30. O tampo é encabeçado através de fita de borda 2 mm de espessura produzida em Poliestireno, aplicadas com adesivo P.U.R, suas arestas recebem acabamento com raio ergonômico de 2mm. Tampo Intermediário: Confeccionado em chapas de madeira MDP BP 25 mm densidade (Médium Density Particleboard). São aglutinadas e compactadas com resina sintética por meio de pressão e calor, revestidas com lâminas de papel impregnada resinas com melamínicas em ambas as faces. Destaca-se pela característica de sua superfície uniforme, fina, lisa e de alta densidade, assegurada pela perfeita distribuição das partículas de madeira. Sendo um produto tecnológico e econômico para a produção de móveis. As chapas possuem densidade de 595 kg/m³, densidade da camada externa 900 kg/m³, resistência à tração kgf/cm<sup>2</sup> perpendicular resistência à flexão estática kgf/cm² 135, resistência superficial kgf/cm² 14,5, inchamento médio 6% e umidade de 6 a 10% teor de

#### CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



	ormaldeído Mg Formol/100g			
	m.seca <30. O tampo é encabeçado			
	través de fita de borda 1 mm de			
	espessura produzida em Poliestireno,			
а	aplicadas com adesivo P.U.R, suas			
а	restas recebem acabamento com			
ra	aio ergonômico de 1mm. Portas (01			
Р	Porta Esquerda 01 Porta Direita).			
C	Confeccionadas em chapas de			
n	madeira MDP BP 18 mm de			
d	densidade (Médium Density			
Р	Particleboard). São aglutinadas e			
С	compactadas com resina sintética			
р	por meio de pressão e calor,			
re	evestidas com lâminas de papel			
	mpregnada com resinas			
	nelamínicas em ambas as faces.			
	Destaca-se pela característica de sua			
	superfície uniforme, fina, lisa e de			
	ilta densidade, assegurada pela			
	perfeita distribuição das partículas de			
	nadeira. Sendo um produto			
te	ecnológico e econômico para a			
	produção de móveis. As chapas			
	possuem densidade de 610 kg/m³,			
	densidade da camada externa de 900			
	g/m³, resistência a tração			
	perpendicular 5,5 kgf/cm²,			
	esistência a flexão estática kgf/cm²			
	45, resistência superficial kgf/cm²			
	14,5, inchamento médio 6% umidade			
	5 a 10% teor de formaldeído Mg			
	Formol/100g am.seca <30. São			
е	encabeçadas através de fita de borda			
	mm de espessura produzida em			
	Poliestireno, aplicadas com adesivo			
	P.U.R, suas arestas recebem			
	racabamento com raio ergonômico de			
	Lmm. Corpo (01 Lateral Direita, 01			
	ateral Esquerda, 01 Base inferior, 03			
	Prateleiras e 01 Fundo)			
C	Confeccionadas em chapas de			
	madeira MDP BP 18 mm de			
d	densidade (Médium Density			
	. ,			



Particleboard). São aglutinadas e compactadas com resina sintética por meio de pressão e calor, revestidas com lâminas de papel impregnada resinas com melamínicas em ambas as faces. Destaca-se pela característica de sua superfície uniforme, fina, lisa e de alta densidade, assegurada pela perfeita distribuição das partículas de madeira. Sendo um produto tecnológico e econômico para a produção de móveis. As chapas possuem densidade de 610 kg/m³, densidade da camada externa de 900 kg/m³, resistência tração perpendicular 5.5 kgf/cm<sup>2</sup>, resistência a flexão estática kgf/cm² 145, resistência superficial kgf/cm² 14,5, inchamento médio 6% umidade 6 a 10% teor de formaldeído Mg Formol/100g am.seca <30. São encabeçadas através de fita de borda 1 mm de espessura produzida em Poliestireno, aplicadas com adesivo P.U.R, recebem suas arestas acabamento com raio ergonômico de 1mm. Montagem: 2 Portas recebem puxadores com haste em alumínio e ponteiras em ABS com entre furos de 128mm, são fixadas ao móvel pré marcado com 02 dobradiças (cada porta) com amortecedor, caneco 35mm fixadas a porta com 02 parafusos 3,5x14mm cabeça chata, produzidas em aço, acabamento niquelado de alta qualidade, ângulo de abertura de 107º, fixadas a lateral do móvel através de calço H3 com 04 parafusos 3,5x14mm cabeça chata. Para um melhor alinhamento, possui três regulagens sendo de altura, profundidade/pressão recobrimento lateral. Na porta

#### CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



direita inferior e na porta esquerda			
superior estão alocadas as			
fechaduras cilíndricas com			
travamento por lingueta e chapinha			
metálica fixada ao tampo, conta com			
duas chaves, principal e reserva			
escamoteáveis (dobráveis)			
acabamento zincado com capa			
plástica. A porta esquerda trava-se			
automaticamente ao chavear a porta			
direita por chapa metálica zincada			
branca plana 47 x 24 x 1,5mm			
parafusada com PF 3,5x14 CP. As			
prateleiras são apoiadas em suportes			
metálicos de superfície cilíndrica com			
base Ø 5 mm x 8mm 4 suportes por			
prateleira. O Tampo, costa e a base			
Ø8 x 30 e fixados as laterais por			
parafuso minifix de aço com rosca			
M6 alocados em Bucha Americana			
M6x13, sua fixação é por Tambor de			
Zamac Ø15x13. Requadro metálico			
produzidos com tubo de aço SAE			
1010/1020 20x20x0,90, seção			
quadrada. "Soldada pelo processo			
MIG, tratamento anticorrosivo,			
rebite Plus mínimo de ¼" para fixação			
das sapatas niveladoras de altura de			
1/4x17mm com base de Polímeros de			
alta resistência. Lavagem pelo			
processo de imersão através de			
desengraxe, água, refinador,			
fosforização, água, passivador e			
secagem em estufa por 15 minutos.			
Recebe pintura eletrostática pó e			
cura em estufa a200ºC por			
15minutos.			



	,					
	CERTIFICADO DE GARANTIA DE 5					
	ANOS					
	K >					
	GAVETEIRO VOLANTE - L 400 X A 658	UNIDADE	01	249	R\$ 1.435,33	R\$ 357.397,17
	X P 470 – COR: CINZA OU GRAFITE					
	Dimensões: 400mm Largura x					
	658mm Altura x 470mm					
	Profundidade. Tampo:					
	Confeccionado em chapas de					
	madeira MDP BP 18 mm de					
	densidade (Médium Density					
	Particleboard). São aglutinadas e					
	compactadas com resina sintética					
	por meio de pressão e calor,					
	revestidas com lâminas de papel					
	impregnada com resinas					
	melamínicas em ambas as faces.					
	Destaca-se pela característica de sua					
3	superfície uniforme, fina, lisa e de					
3	alta densidade, assegurada pela					
	perfeita distribuição das partículas de					
	'					
	tecnológico e econômico para a					
	produção de móveis. As chapas					
	possuem densidade de 610 kg/m³,					
	densidade da camada externa de 900					
	kg/m³, resistência a tração					
	perpendicular 5,5 kgf/cm²,					
	resistência a flexão estática kgf/cm²					
	145, resistência superficial kgf/cm²					
	14,5, inchamento médio 6% umidade					
	6 a 10% teor de formaldeído Mg					
	Formol/100g am.seca <30. São					
	encabeçadas através de fita de borda					
	1 mm de espessura produzida em					



Poliestireno, aplicadas com adesivo			
Hot Melt, suas arestas recebem			
acabamento com raio ergonômico de	!		
1mm. Frentes de Gavetas com pega			
lateral: (02 Frente de gaveta menor e	!		
02 frentes de gaveta maior)			
Confeccionadas em chapas de	!		
madeira MDP BP 18 mm de	:		
densidade (Médium Density	,		
Particleboard). São aglutinadas e			
compactadas com resina sintética			
por meio de pressão e calor,			
revestidas com lâminas de pape			
impregnada com resinas			
melamínicas em ambas as faces			
Destaca-se pela característica de sua			
superfície uniforme, fina, lisa e de			
alta densidade, assegurada pela			
perfeita distribuição das partículas de	:		
madeira. Sendo um produto			
tecnológico e econômico para a			
produção de móveis. As chapas			
possuem densidade de 610 kg/m³			
densidade da camada externa de 900			
kg/m³, resistência a tração			
perpendicular 5,5 kgf/cm <sup>2</sup> ,			
resistência a flexão estática kgf/cm²			
145, resistência superficial kgf/cm²			
14,5, inchamento médio 6% umidade	!		
6 a 10% teor de formaldeído Mg			
Formol/100g am.seca <30. São			
encabeçadas através de fita de borda			
1 mm de espessura produzida em			
Poliestireno, aplicadas com adesivo			
Hot Melt, suas arestas recebem			
acabamento com raio ergonômico de	!		
1mm. O gaveteiro possui dois			
travamentos independentes um para			
as duas gavetas, superiores e outro			
para as gavetas inferiores, sendo a			
primeira de cada conjunto dotada de			
fechadura cilíndrica com travamento			
por pino 36xØ6,25mm acionando			
sistema, produzido em alumínio			



barra chata 16x2,5mm dotados de 02			
hastes de aço 1/4x37mm zincado			
branco e 01 haste por gaveta			
1/4x13mm alocado em usinagem			
20mm x 6mm na lateral do móvel,			
cada gaveta possui cantoneira de			
travamento produzida aço			
47x10x1,50 zincado branco, conta			
com duas chaves, principal e reserva			
escamoteáveis (dobráveis)			
acabamento zincado com capa			
plástica. Corpo Gaveteiro: (01 lateral			
direita, 01 lateral esquerda, 01 base,			
01 fundo 04 laterais gaveta direita,			
04 laterais de gaveta esquerda, 04			
costas menor e 04 fundos de gaveta)			
Com exceção dos fundos de gaveta,			
as demais peças confeccionadas em			
chapas de madeira MDP BP 18 mm			
de densidade (Médium Density			
Particleboard). São aglutinadas e			
compactadas com resina sintética			
por meio de pressão e calor,			
revestidas com lâminas de papel			
impregnada com resinas			
melamínicas em ambas as faces.			
Destaca-se pela característica de sua			
superfície uniforme, fina, lisa e de			
alta densidade, assegurada pela			
perfeita distribuição das partículas de			
madeira. Sendo um produto			
tecnológico e econômico para a			
produção de móveis. As chapas			
possuem densidade de 610 kg/m³,			
densidade da camada externa de 900			
kg/m³, resistência a tração			
perpendicular 5,5 kgf/cm²,			
resistência a flexão estática kgf/cm²			
145, resistência superficial kgf/cm²			
14,5, inchamento médio 6% umidade			
6 a 10% teor de formaldeído Mg			
Formol/100g am.seca <30. São			
encabeçadas através de fita de borda			
1 mm de espessura produzida em			



	1		
Poliestireno, aplicadas com adesivo			
Hot Melt, suas arestas recebem			
acabamento com raio ergonômico de			
1mm. Os fundos das gavetas são			
produzidos em chapa dura com			
acabamento em pintura a base			
d'água e secagem ultravioleta, a			
chapa dura é ideal para ser aplicada			
em fundos de moveis e gavetas. O			
verniz de acabamento é			
polimerizável, isento de solventes e			
não gera voláteis. As chapas têm			
peso especifico mínimo de 800			
kg/m³. Absorção de água máximo			
35%, inchamento 25% (Teor de			
umidade do corpo avaliado após			
imersão em água destilada á			
temperatura de 20ºC ± 1ºC durante			
24 horas, por cerca de 15 minutos.			
Resistência a Flexão mínima 315			
kgf/cm² (Resistência que o corpo			
avaliado, apoiado em suas			
extremidades, oferece quando é			
aplicada força em seu centro).			
Resistência a Tração Perpendicular			
mínimo 6,2 kgf/cm² (Resistência que			
o corpo avaliado oferece quando são			
aplicadas forças de tração			
perpendicularmente as suas			
superfícies). Resistência a Tração			
Paralela mínima 152 kgf/cm²			
(Resistência que o corpo avaliado			
oferece quando são aplicadas forças			
de tração paralelamente as suas			
superfícies). Todas as gavetas são			
apoiadas em corrediças metálicas			
de 400mm de comprimento,			
produzida em aço laminado com			
roldana de poliacetal. Possui 4			
rodízios de gel (2 com trava e 2 sem			
trava). CERTIFICADO DE GARANTIA			
DE 5 ANOS.			



4	MESA COM PÉ PAINEL - COM DUAS GAVETAS - COR CINZA OU ARGILA - DIMENSOES: 1500MM Largura x 735MM Altura x 800MM  Profundidade. TAMPO: Confeccionado em chapas de madeira MDP BP 25 mm de densidade (Médium Density Particleboard). São aglutinadas e compactadas com resina sintética por meio de pressão e calor, revestidas com lâminas de papel impregnada com resinas melamínicas em ambas as faces. Destaca-se pela característica de sua superfície uniforme, fina, lisa e de alta densidade, assegurada pela perfeita distribuição das partículas de madeira. Sendo um produto tecnológico e econômico para a produção de móveis. As chapas possuem densidade de 595 kg/m³, densidade da camada externa 900 kg/m³, resistência à tração perpendicular kgf/cm² 4,5, resistência à flexão estática kgf/cm² 135, resistência superficial kgf/cm² 14,5, inchamento médio 6% e umidade de 6 a 10% teor de formaldeído Mg Formol/100g am.seca <30. O tampo é encabeçado através de fita de borda 2 mm de espessura produzida em Poliestireno, aplicadas com adesivo PUR, suas arestas recebem acabamento com	01	390	R\$ 1.769,00	R\$ 689.910,00



raio ergonômico de 2mm. SAIA:			
confeccionada em chapas de			
madeira MDP BP 18 mm de			
densidade (Médium Density			
Particleboard). São aglutinadas e			
compactadas com resina sintética			
por meio de pressão e calor,			
revestidas com lâminas de papel			
impregnada com resinas			
melamínicas em ambas as faces.			
Destaca-se pela característica de sua			
superfície uniforme, fina, lisa e de			
alta densidade, assegurada pela			
perfeita distribuição das partículas de			
madeira. Sendo um produto			
tecnológico e econômico para a			
produção de móveis. As chapas			
possuem densidade de 610 kg/m³,			
densidade da camada externa de 900			
kg/m³, resistência a tração			
perpendicular 5,5 kgf/cm²,			
resistência a flexão estática kgf/cm²			
145, resistência superficial kgf/cm²			
14,5, inchamento médio 6% umidade			
6 a 10% teor de formaldeído Mg			
Formol/100g am.seca <30. São			
encabeçadas através de fita de borda			
1 mm de espessura produzida em			
Poliestireno, aplicadas com adesivo			
PUR, suas arestas recebem			
acabamento com raio ergonômico de			
1mm. LATERAIS: Confeccionado em			
chapas de madeira MDP BP 25 mm			
de densidade (Médium Density			
Particleboard). São aglutinadas e			
compactadas com resina sintética			
por meio de pressão e calor,			
revestidas com laminas de papel			
impregnada com resinas			
melamínicas em ambas as faces.			
Destaca-se pela característica de sua			
superfície uniforme, fina, lisa e de			
alta densidade, assegurada pela			
perfeita distribuição das partículas de			



madeira. Sendo um produto tecnológico e econômico para a produção de móveis. As chapas possuem densidade de 595 kg/m³, densidade da camada externa 900 kg/m³, resistência à tração	
produção de móveis. As chapas possuem densidade de 595 kg/m³, densidade da camada externa 900 kg/m³, resistência à tração	
possuem densidade de 595 kg/m³, densidade da camada externa 900 kg/m³, resistência à tração	
densidade da camada externa 900 kg/m³, resistência à tração	
kg/m³, resistência à tração	
perpendicular kgf/cm² 4,5,	
resistência à flexão estática kgf/cm²	
135, resistência superficial kgf/cm²	
14,5, inchamento médio 6% e	
umidade de 6 a 10% teor de	
formaldeído Mg Formol/100g	
am.seca <30. Encabeçado através de	
fita de borda 1,0 mm de espessura	
produzida em Poliestireno, aplicadas	
com adesivo PUR, suas arestas	
recebem acabamento com raio	
ergonômico de 1,0 mm. 2 gavetas	
com puxadores produzidos em ABS	
injetado e haste de alumínio. Passa	
Cabo em PVC (para passagem de	
fiação). Calha Condutora Horizontal	
metálica com recortes para	
conectividade de blocos elétricos.	
MONTAGEM: Composta por	
parafuso Minifix produzido em aço	
parafusado nas laterais fixado com	
parafusos minifix de aço. Tambor de	
Zamac 12x15mm, as bordas	
inferiores do móvel recebem	
sapatas niveladoras de altura	
1/4x17mm rosqueadas a bucha	
com rosca interna 1/4.	
CERTIFICADO DE GARANTIA DE 5	
ANOS.	



_						
5	MESA COM PÉ PAINEL - L 1200 X A 735 X P 600 – SEM GAVETAS - COR CINZA OU ARGILA - DIMENSOES: 1200MM Largura x 735MM Altura x 600MM Profundidade. TAMPO: Confeccionado em chapas de madeira MDP BP 25 mm de densidade (Médium Density Particleboard). São aglutinadas e compactadas com resina sintética por meio de pressão e calor, revestidas com lâminas de papel impregnada com resinas melamínicas em ambas as faces. Destaca-se pela característica de sua superfície uniforme, fina, lisa e de alta densidade, assegurada pela perfeita distribuição das partículas de madeira. Sendo um produto tecnológico e econômico para a produção de móveis. As chapas possuem densidade de 595 kg/m³, densidade da camada externa 900 kg/m³, resistência à tração perpendicular kgf/cm² 4,5, resistência à flexão estática kgf/cm² 135, resistência superficial kgf/cm² 14,5, inchamento médio 6% e umidade de 6 a 10% teor de formaldeído Mg Formol/100g am.seca <30. O tampo é encabeçado através de fita de borda 2 mm de espessura produzida em Poliestireno, aplicadas com adesivo PUR, suas arestas recebem acabamento com raio ergonômico	UNIDADE	01	178	R\$ 1.268,00	R\$ 225.704,00



de 2mm. SAIA: confeccionada em			
chapas de madeira MDP BP 18 mm			
de densidade (Médium Density			
Particleboard). São aglutinadas e			
compactadas com resina sintética			
por meio de pressão e calor,			
revestidas com lâminas de papel			
impregnada com resinas			
melamínicas em ambas as faces.			
Destaca-se pela característica de sua			
superfície uniforme, fina, lisa e de			
alta densidade, assegurada pela			
perfeita distribuição das partículas			
de madeira. Sendo um produto			
tecnológico e econômico para a			
produção de móveis. As chapas			
possuem densidade de 610 kg/m³,			
densidade da camada externa de			
900 kg/m³, resistência a tração			
perpendicular 5,5 kgf/cm²,			
resistência a flexão estática kgf/cm²			
145, resistência superficial kgf/cm²			
14,5, inchamento médio 6%			
umidade 6 a 10% teor de			
formaldeído Mg Formol/100g			
am.seca <30. São encabeçadas			
através de fita de borda 1 mm de			
espessura produzida em			
Poliestireno, aplicadas com adesivo			
PUR, suas arestas recebem			
acabamento com raio ergonômico			
de 1mm. LATERAIS: Confeccionado			
em chapas de madeira MDP BP 25			
mm de densidade (Médium Density			
Particleboard). São aglutinadas e			
compactadas com resina sintética			
por meio de pressão e calor,			
revestidas com laminas de papel			
impregnada com resinas			
melamínicas em ambas as faces.			
Destaca-se pela característica de sua			
superfície uniforme, fina, lisa e de			
alta densidade, assegurada pela			
perfeita distribuição das partículas			
3.10 0.00.10 0.00 par ticalas			



		•		
	de madeira. Sendo um produto			
	tecnológico e econômico para a			
	produção de móveis. As chapas			
	possuem densidade de 595 kg/m³,			
	densidade da camada externa 900			
	kg/m³, resistência à tração			
	perpendicular kgf/cm² 4,5,			
	resistência à flexão estática kgf/cm²			
	135, resistência superficial kgf/cm²			
	14,5, inchamento médio 6% e			
	umidade de 6 a 10% teor de			
	formaldeído Mg Formol/100g			
	am.seca <30. Encabeçado através de			
	fita de borda 1,0 mm de espessura			
	produzida em Poliestireno,			
	aplicadas com adesivo PUR, suas			
	arestas recebem acabamento com			
	raio ergonômico de 1,0 mm. Passa			
	Cabo em PVC (para passagem de			
	fiação). Calha Condutora Horizontal			
	metálica com recortes para			
	conectividade de blocos elétricos.			
	MONTAGEM: Composta por			
	parafuso Minifix produzido em aço			
	parafusado nas laterais fixado com			
	parafusos minifix de aço. Tambor de			
	Zamac 12x15mm, as bordas			
	inferiores do móvel recebem			
	sapatas niveladoras de altura			
	1/4x17mm rosqueadas a bucha			
	com rosca interna 1/4.			
	CERTIFICADO DE GARANTIA DE 5			
	ANOS			
<u> </u>				



6	MESA – COR: PÉS DE METAL PRETOS E TAMPO COM ESTAMPA IMITANDO MADEIRA - MESA PÉ METAL – Dimensões: 1500MM Largura X 735MM Altura x 800MM Profundidade. TAMPO: Confeccionado em chapa de madeira MDP BP 25 mm de densidade (Médium Density Particleboard). São aglutinadas e compactadas com resina sintética por meio de pressão e calor, revestidas com lâminas de papel impregnada com resinas melamínicas em ambas as faces. Destaca-se pela característica de sua superfície uniforme, fina, lisa e de alta densidade, assegurada pela perfeita distribuição das partículas de madeira. Sendo um produto tecnológico e econômico para a produção de móveis. As chapas possuem densidade de 595 kg/m³, densidade da camada externa 900 kg/m³, resistência à tração perpendicular kgf/cm² 4,5, resistência à flexão estática kgf/cm² 135, resistência superficial kgf/cm² 14,5, inchamento médio 6% e umidade de 6 a 10% teor de formaldeído Mig Formol/100g am.seca <30. O tampo é encabeçado através de fita de borda 2 mm de	UNIDADE	01	75	R\$ 1.943,50	R\$ 145.762,50



espessura produzida em Poliestireno,			
aplicadas com adesivo Hot Melt, suas			
arestas recebem acabamento com			
raio ergonômico de 2mm.			
MONTAGEM: Estrutura metálica é			
fixada através de engate triangular			
de Zamac, parafusado a estrutura			
com Parafuso Alen M8x50. Os Pés			
Metálicos recebem ponteiras 40x40			
produzidas em poliestireno de alta			
resistência com rosca metálica para			
fixação das sapatas reguláveis. O			
tampo recebe bucha Americana			
M6x13 fixado a estrutura metálica			
com Parafusos M6x16 Cabeça			
Panela. Passa Cabo em PVC (para			
passagem de fiação). Calha			
Condutora Horizontal metálica com			
recortes para conectividade de			
blocos elétricos. ESTRUTURA			
METÁLICA: Travessas, produzidas em			
tubo de aço SAE 1010/1020 40x30			
parede 0,90. Pé mesa produzidos em			
tubo de aço SAE 1010/1020 40x40			
parede 1,20 Lavagem pelo processo			
de imersão através de desengraxe,			
água, refinador, fosforização, água,			
passivador e secagem em estufa por			
15 minutos. Recebe pintura			
eletrostática pó e cura em estufa a			
200ºC por 15minutos; COR: tampo			
amadeirado na cor macadâmia ou			
similar e pés de metal na cor preta.			
CERTIFICADO DE CARANTIA DE F			
CERTIFICADO DE GARANTIA DE 5 ANOS.			
AINUS.			
ABNT NBR 8096: 1983 - Material			
metálico revestido e não-revestido -			
Corrosão por exposição ao dióxido de			
enxofre - Método de ensaio FSC em			
nome do Fabricante.			



	•					
	Ensaio de Corrosão por Exposição à					
	Névoa Salina de 756 horas; seguindo					
	as normas ASTM B 117 e NBR 8754.					
	Produto esteja					
	conforme a normal ABNT NBR					
	16332:2014 - com um laudo da cola					
	atestando que ela está atendendo aos					
	requisitos dessa norma.					
	MESA - COR: PÉS DE METAL PRETOS	UNIDADE	01	47	R\$ 1.843,50	R\$ 86.644,50
	E TAMPO COM ESTAMPA IMITANDO	UNIDADE	01	47	NŞ 1.643,30	NŞ 80.044,30
	MADEIRA - MESA PÉ METAL -					
	Dimensões: 1500MM Largura X					
	735MM Altura x 600MM					
	Profundidade. TAMPO:					
	Confeccionado em chapa de					
	madeira MDP BP 25 mm de					
	densidade (Médium Density					
	Particleboard). São aglutinadas e					
	compactadas com resina sintética					
7	por meio de pressão e calor,					
	revestidas com lâminas de papel					
	impregnada com resinas					
	melamínicas em ambas as faces.					
	Destaca-se pela característica de sua					
	superfície uniforme, fina, lisa e de					
	alta densidade, assegurada pela					
	perfeita distribuição das partículas de					
	madeira. Sendo um produto					
	tecnológico e econômico para a					
	produção de móveis. As chapas					
	possuem densidade de 595 kg/m³,					
	densidade da camada externa 900					
1	kg/m³, resistência à tração					



perpendicular kgf/cm² 4,5,			
resistência à flexão estática kgf/cm²			
135, resistência superficial kgf/cm²			
14,5, inchamento médio 6% e			
umidade de 6 a 10% teor de			
formaldeído Mig Formol/100g			
am.seca <30. O tampo é encabeçado			
através de fita de borda 2 mm de			
espessura produzida em Poliestireno,			
aplicadas com adesivo Hot Melt, suas			
arestas recebem acabamento com			
raio ergonômico de 2mm.			
MONTAGEM: Estrutura metálica é			
fixada através de engate triangular			
de Zamac, parafusado a estrutura			
com Parafuso Alen M8x50. Os Pés			
Metálicos recebem ponteiras 40x40			
produzidas em poliestireno de alta			
resistência com rosca metálica para			
fixação das sapatas reguláveis. O			
tampo recebe bucha Americana			
M6x13 fixado a estrutura metálica			
com Parafusos M6x16 Cabeça			
Panela. Passa Cabo em PVC (para			
passagem de fiação). Calha			
Condutora Horizontal metálica com			
recortes para conectividade de			
blocos elétricos. ESTRUTURA			
METÁLICA: Travessas, produzidas em			
tubo de aço SAE 1010/1020 40x30			
parede 0,90. Pé mesa produzidos em			
tubo de aço SAE 1010/1020 40x40			
parede 1,20 Lavagem pelo processo			
de imersão através de desengraxe,			
água, refinador, fosforização, água,			
passivador e secagem em estufa por			
15 minutos. Recebe pintura			
eletrostática pó e cura em estufa a			
200ºC por 15minutos. COR: tampo			
amadeirado na cor macadâmia ou			
similar e pés de metal na cor preta			
CERTIFICADO DE GARANTIA DE 5			
ANOS.			

Alegre, Aracruz, Cariacica, Ibiraçu, Fundão, João Neiva, Linhares, Santa Teresa, São Roque do Canaã, Santa Leopoldina, Sooretama, Rio Bananal e Viana.

Rua: Martins Pescadores, S/N, Bairro Ericina, Ibiraçu-ES-Cep: 29.670-000 Tel: (27) 98125-0110 / (27) 98125-0143 - http://www.cimpolinorte.es.gov.br/



	ABNT NBR 8096: 1983 - Material metálico revestido e não-revestido - Corrosão por exposição ao dióxido de enxofre -  Método de ensaio FSC em nome do Fabricante.  Ensaio de Corrosão por Exposição à Névoa Salina de 756 horas; seguindo as normas ASTM B 117 e NBR 8754.  Produto esteja conforme a normal ABNT NBR 16332:2014 - com um laudo da cola atestando que ela está atendendo aos requisitos dessa norma.					
8	MESA REDONDA, TAMPO Ø 1200mm - Altura 720mm. DIMENSÔES APROXIMADAS DA MESA: Largura Total da Mesa: 1200mm X Profundidade Total da Mesa: 1200 mm X Altura Total da Mesa: 720 mm, Largura da Base Redonda da Mesa: 650 mm. Tampo Fabricado em chapa de MDF de 18 mm de espessura, com superfície em melamínico e fita de borda para acabamento lateral. Extrutura Base de fixação do tampo fabricada com tubos de aço retangular de no mínimo 19x29 mm e 1,48 mm de espessura. Estrutura central confeccionada em tubo de aço com no mínimo 75,20 mm de	UNIDADE	01	83	R\$ 2.791,50	R\$ 231.694,50



diâmetro e 2,22 mm de espessura.			
Base redonda de suporte do pé da			
mesa fabricada em chapa de aço			
estrutural ATM A36 com no mínimo			
6,30 mm de espessura. Os			
componentes metálicos pintados			
possuem tratamento de superfície			
através de banho nanocerâmico			
bimetálico por spray, sem uso de			
produtos clorados para desengraxe,			
e com posterior tratamento de			
efluentes, de acordo com as normas			
ambientais vigentes, proporcionando			
melhor proteção contra corrosão e			
excelente ancoragem da tinta. A tinta			
utilizada para a pintura é em pó, do			
tipo híbrida (poliéster - epóxi)			
garantindo resistência a radiação e			
resistência química, W-eco,			
atendendo norma Europeia RoHS,			
isenta de metais pesados, nas cores			
disponíveis para linha, com camada			
de 60 mícrons de espessura. Todas as			
peças são curadas em estufa com			
esteira de movimentação contínua à			
temperatura de 200° C.Documentos			
que podem ser disponibilizados por			
e-mail - Cópias Simples (sem			
Autenticação e/ou Reconhecimento			
de Firma em Cartório): Termo de			
Garantia mínima de 05 (cinco) anos,			
incluso os 90 (noventa) dias de			
garantia legal, contra defeitos de			
fabricação na estrutura metálica e			
peças plásticas com função			
estrutural. E 1 (um) ano para os			
demais componentes e acabamentos			
cromados, também contra defeitos			
de fabricação; Plano de			
Gerenciamento dos Resíduos Sólidos,			
com envio de no mínimo 03 (três)			
Comprovantes de Destinação Final			
de Resíduos, demonstrando a			
responsabilidade da empresa			



	T .		-			
	Fabricante do produto, com o meio					
	ambiente e a saúde humana;					
	Certificado de Conformidade do					
	Processo de Preparação e Pintura em					
	Superfícies Metálicas, emitido por					
	OCP, com avaliação da Norma NBR					
	17088 em chapa soldada, durante no					
	mínimo 1500 horas, com resultado Ri					
	0; Avaliação das Normas NBR 8095 e					
	NBR 8096 em chapa soldada, de no					
	mínimo 400 horas, com resultado Ri					
	0; E avaliação em chapa sem solda,					
	para as Normas: NBR 10443; ASTM					
	D7091; NBR 11003; ASTM D523,					
	ASTM D3363; NBR 10545; ASTM					
	D3359; e ASTM D2794.					
	COR estrutura e tampo cinza.					
<u> </u>	MECA CHARRADA TECUTES	110110 4 0 0	04	0.4	DĆ 4 305 50	DĆ 147 222 00
	MESA QUADRADA 750X750 -	UNIDADE	01	84	R\$ 1.395,50	R\$ 117.222,00
	DIMENSÔES APROXIMADAS DA					
	MESA: Largura Total da Mesa: 750					
	mm X Profundidade Total da Mesa:					
	750 mm X Altura Total da Mesa: 720					
9	mm. TAMPO: Fabricado em chapa de					
	MDF de 18 mm de espessura, com					
	superfície em melamínico e fita de					
	borda acabamento lateral.					
	ESTRUTURA: Base de fixação do					
	tampo fabricado em chapa de aço					
	NBR 6658 com no mínimo 4,73 mm					

Alegre, Aracruz, Cariacica, Ibiraçu, Fundão, João Neiva, Linhares, Santa Teresa, São Roque do Canaã, Santa Leopoldina, Sooretama, Rio Bananal e Viana.

Rua: Martins Pescadores, S/N, Bairro Ericina, Ibiraçu-ES-Cep: 29.670-000 Tel: (27) 98125-0110 / (27) 98125-0143 - http://www.cimpolinorte.es.gov.br/



de espessura. Estrutura central confeccionada em tubo de aço com no mínimo 63,00 mm de diâmetro e 1,15 mm de espessura. Base quadrada de suporte do pé da mesa fabricada em chapa de aço estrutural com no mínimo 6,30 mm de espessura. A união das bases no tubo central por processo de solda. ACABAMENTO: Os componentes metálicos pintados possuem tratamento de superfície através de banho nanocerâmico por spray, executado linha continua em automática, sem uso de produtos clorados para desengraxe, e com posterior tratamento de efluentes, de acordo com as normas ambientais vigentes, proporcionando melhor proteção contra corrosão e excelente ancoragem da tinta. A tinta utilizada para a pintura é em pó, do tipo híbrida (poliéster - epóxi), garantindo resistência a radiação e resistência química, W-eco, atendendo norma Europeia RoHS, isenta de metais pesados, com camada de 60 mícrons de espessura. Todas as peças são curadas em estufa com esteira de movimentação contínua temperatura de 200° C. Documentos que podem ser disponibilizados por e-mail - Cópias Simples (sem Autenticação e/ou Reconhecimento de Firma em Cartório): Termo de Garantia de 05 (cinco) anos, incluso os 90 (noventa) dias de garantia legal, contra defeitos de fabricação na estrutura metálica e peças plásticas com função estrutural. E 1 (um) ano para os demais componentes e acabamentos cromados, também contra defeitos de fabricação; Plano de Gerenciamento dos Resíduos

#### CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



	1					
	Sólidos, com envio de no mínimo 03					
	(três) Comprovantes de Destinação					
	Final de Resíduos, demonstrando a					
	responsabilidade da empresa					
	Fabricante do produto, com o meio					
	ambiente e a saúde humana;					
	Certificado de Conformidade do					
	Processo de Preparação e Pintura em					
	Superfícies Metálicas, emitido por					
	OCP, com avaliação da Norma NBR					
	17088 em chapa soldada, durante no					
	mínimo 1500 horas, com resultado Ri					
	0; Avaliação das Normas NBR 8095 e					
	NBR 8096 em chapa soldada, de no					
	mínimo 400 horas, com resultado Ri					
	0; E avaliação em chapa sem solda,					
	para as Normas: NBR 10443; ASTM					
	D7091; NBR 11003; ASTM D523,					
	ASTM D3363; NBR 10545; ASTM					
	D3359; e ASTM D2794.					
	,					
	COR estrutura e tampo cinza.					
	MECA DETANICHUAD 41 0/ 00 040	LINIDADE	04	70	P¢ 2 272 00	DC 100 110 00
	MESA RETANGULAR 4L C/ 02 PÉS,	UNIDADE	01	70	R\$ 2.373,00	R\$ 166.110,00
	Tampo PROF. 600mm x LARG.					
	1300mm - Altura 725mm -					
10	DIMENSÔES APROXIMADAS DA					
10	MESA: Largura Total da Mesa: 1300					
	mm X Profundidade Total da Mesa:					
	600 mm X Altura Total da Mesa: 725					
	mm Tampo Fabricado em chapa de					
	MDF de 18 mm de espessura, com					



superfície em melamínico e fita de borda para acabamento lateral. Utilizada estrutura de suporte do tampo duplo para prover resistência e estabilidade ao conjunto. Estrutura Flange de fixação do tampo fabricado em chapa de aço NBR 6658 com no mínimo 4,73 mm de espessura. Estrutura central confeccionada em tubo de aço redondo com no mínimo de 63,48 mm de diâmetro e 1,17 mm de espessura. Base de suporte quadrada do pé da mesa fabricada em chapa de aço ASTM A36 com no mínimo 6,30 mm de espessura. Os componentes metálicos pintados possuem tratamento de superfície através de banho nanocerâmico bimetálico por spray, e com posterior tratamento de efluentes, de acordo com as normas ambientais vigentes, proporcionando melhor proteção corrosão e excelente ancoragem da tinta. A tinta utilizada para a pintura é em pó, do tipo híbrida (poliéster - epóxi), garantindo resistência a radiação e resistência química, W-eco, atendendo norma Europeia RoHS, isenta de metais pesados, nas cores disponíveis para linha, com camada de 60 mícrons de espessura. Todas as peças são curadas em estufa com esteira de movimentação contínua temperatura de 200° C. Documentos que podem ser disponibilizados por e-mail - Cópias Simples (sem Autenticação e/ou Reconhecimento de Firma em Cartório): Termo de Garantia de no mínimo 05 (cinco) anos, incluso os 90 (noventa) dias de garantia legal, contra defeitos de fabricação na estrutura metálica e

#### CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



peças plásticas com função estrutural. E 1 (um) ano para os demais componentes e acabamentos			
cromados, também contra defeitos			
de fabricação; Plano de			
Gerenciamento dos Resíduos Sólidos,			
com envio de no mínimo 03 (três)			
Comprovantes de Destinação Final			
de Resíduos, demonstrando a			
responsabilidade da empresa			
Fabricante do produto, com o meio			
ambiente e a saúde humana;			
Documento para Acabamento em			
Peças Metálicas com Pintura:			
Certificado de Conformidade do			
Processo de Preparação e Pintura em			
Superfícies Metálicas, emitido por			
OCP, com avaliação da Norma NBR			
17088 em chapa soldada, durante no			
mínimo 1500 horas, com resultado Ri			
0; Avaliação das Normas NBR 8095 e			
NBR 8096 em chapa soldada, de no			
mínimo 400 horas, com resultado Ri			
0; E avaliação em chapa sem solda,			
para as Normas: NBR 10443; ASTM			
D7091; NBR 11003; ASTM D523,			
ASTM D3363; NBR 10545; ASTM			
D3359; e ASTM D2794.			
COR estrutura e tampo cinza.			
TT			
VALOR TO	TAL DO LOTE 01		R\$ 3.341.182,59

VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R\$ 8.802.869,04 (oito milhões, oitocentos e dois mil, oitocentos e sessenta e nove reais e quatro centavos)

#### CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



- 2.2. As especificações acima são as mínimas exigidas e serão aceitos somente os produtos que forem compatíveis ou superiores aos constantes neste termo de referência. As **medidas referentes os tamanhos das cadeiras e dos móveis podem variar apenas em 10mm** para mais ou para menos, as **demais dimensões podem variar em até 5%** para mais ou para menos, **ressalvados os descritivos que já estabelecem limites diferenciados**.
- 2.3. Todos os produtos/materiais necessários ao perfeito e completo funcionamento da solução deverá ser fornecido pelo licitante vencedora, acompanhado de todos os acessórios e componentes necessários à sua completa e adequada utilização.
- 2.4. Os itens ofertados deverão estar em linha normal de produção, afim de garantir a substituição imediata, a devida manutenção e o cumprimento da garantia definida nesse termo.
- 2.5. A apresentação de proposta DEVERÁ indicar a "MARCA e MODELO" dos produtos/materiais ofertados.
- 2.6. A empresa vencedora além de fornecer os itens descritos nos anexos deste Termo de Referência e se obriga efetuar a montagem dos itens novos no local indicado pelo contratante.

# 3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. Justifica-se essa contratação, considerando que os atuais móveis das Secretarias Municipais não atendem à demanda total dos municípios, sendo de suma importância buscar alternativas para suprir esta necessidade, pois os móveis deste presente estudo além de serem necessários para escritório, são necessários também para montagem de salas de consulta, como por exemplo mesas e cadeiras.
- 3.2. A ausência de mobiliários pode acarretar ineficiência de atendimento e qualidade dos trabalhos serem desenvolvidos por falta de estrutura básica para os servidores e empregados públicos, prejudicando a qualidade dos serviços ofertados aos usuários.
- 3.3. Acrescenta-se que os novos mobiliários devem atender as normativas ergonômicas para prevenção de doenças no trabalho e aos requisitos de qualidade estipulados com o objetivo assegurar a melhor utilização da verba pública, associando melhor preço, qualidade e durabilidade, seguindo o mesmo padrão já existente para evitar a poluição visual, mantendo um ambiente harmônico e que promova o sentimento de acolhimento, associado à qualidade e bem estar dos trabalhadores e dos cidadãos que receberão atendimento no local.
- 3.4. Assinale-se que, o CIM Polinorte atualmente realiza compras compartilhadas de vários produtos e serviços para atender as demandas dos Municípios associados. Este método de programação de compra aumentou o volume dos quantitativos demandados, acarretando em oferta de produtos com preços melhores, e consequentemente a economia em escala das aquisições efetivadas.



- 3.5. A realização da contratação conjunta aumenta o volume dos quantitativos demandados, gerando maiores ofertas, e consequentemente a economia em escala das aquisições efetivadas.
- 3.6. Justificadamente, opta-se por realizar-se a presente licitação por meio de Registro de Preço, tendo em vista que o registro de preços pois somente será utilizando recurso financeiro necessário para atender a demanda.
- 3.7. Cumpre observar que o objeto da contratação pretendida não envolve complexidade técnica, tratando-se de um objeto comum na prática das contratações públicas. Ou seja, no que tange à definição dos serviços a serem contratados, as especificações dos mesmos foram feitas com a utilização de termos essenciais, evitando detalhes supérfluos ou desnecessários e especificações exclusivas.

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Apresentação de Atestado (s) de Capacidade Técnica em nome da empresa licitante, fornecido (s) por empresa, órgãos ou entidades da Administração Pública ou Privada, que comprove (m) a aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades indicadas no TERMO DE REFERÊNCIA;
- 4.2. O(s) atestado(s) deve(m) ser emitido(s) em papel timbrado da empresa contratante, assinado por seu representante legal, contendo a identificação do nome por extenso, discriminando o teor da contratação e os dados da empresa contratada;
- 4.3. O Consórcio CIM POLINORTE poderá promover diligências para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados, caso julgue necessário, estando sujeita à inabilitação, a licitante que apresentar documentos em desacordo com as informações obtidas pela Equipe de Pregão, além de incorrer nas sanções previstas na Lei n° 14.133/21.
- 4.4. Juntamente com os documentos de habiltação o licitante deverá enviar catálogo com fotos e ficha técnica dos produtos ofertados e que devem ser condizentes com os itens os descritos e para os quais pretende ofertar lances, atendendo rigorosamente as especificações contidas na proposta escrita sob pena de desclassificação. A pregoeira poderá solicitar das empresas documentalmente habilitadas as amostras dos materiais utilizados na fabricação dos móveis e cadeiras para apuração da qualidade, podendo, após análise dos produtos, inabilitar tecnicamente a empresa.

# 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- **5.1. FORMA DE EXECUÇÃO:** Os mobiliários deverão ser entregues POR DEMANDA.
- **5.2. PRAZO DE ENTREGA:** o prazo de entrega dos móveis modulados será de até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento que será expedida pelo CONTRATANTE.

#### CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



- **5.3. LOCAL DE ENTREGA:** o endereço de entrega será definido na ordem de fornecimento pelo CONTRATANTE, preliminarmente, informa-se que os mobiliários deverão ser entregues nos seguintes municípios ou entes públicos.
- MUNICÍPIO DE IBIRAÇU
- MUNICÍPIO DE JOÃO NEIVA
- MUNICÍPIO DE LINHARES
- MUNICÍPIO DE RIO BANANAL
- MUNICÍPIO DE SANTA LEOPOLDINA
- MUNICÍPIO DE SANTA TERESA
- MUNICÍPIO DE SÃO ROQUE DO CANAÃ
- MUNICÍPIO DE SOORETAMA
- UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO INFANTIL/LINHARES
- REDE DE CUIDADO INTEGRAL À SAÚDE REDE CUIDAR
- CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE CIM POLINORTE

#### 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. A fiscalização do contrato ficará estabelecida através de Portaria expedida pelo CIM Polinorte e deverá receber avaliação e atestado posteriormente.
- 6.2.O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

#### 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 7.1. A medição do serviço, ocorrerá provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.
- 7.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após, devendo a contratada encaminhar a solicitação de pagamento no e-mail indicado pelo CONTRATANTE, com nota fiscal/fatura para pagamento, que ocorrerá de acordo com as normas legais vigentes no país.
- 7.3. Após o prazo acima referenciado, será paga multa financeira nos seguintes termos:

 $VM = VF \times 0.33 \times ND$ 

100

#### CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



Onde:

VM = Valor da Multa Financeira,

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso,

ND = Número de dias em atraso;

- 7.4. Ocorrendo erros na apresentação do(s) documento(s) fiscal(ais), ou outra circunstância impeditiva, o(s) mesmo(s) será(ão) devolvido(s) à empresa contratada para correção, sendo que o recebimento definitivo será suspenso, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação do novo documento fiscal, devidamente corrigido;
- 7.5. No texto da NOTA FISCAL ELETRÔNICA deverão constar, obrigatoriamente, o(s) objeto(s), os valores unitários e totais, CNPJ, razão social e telefone e dados da conta bancária para pagamentos.
- 7.6. O CIM Polinorte poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela empresa contratada, em decorrência de descumprimento de suas obrigações;
- 7.7. O pagamento referente ao valor da NOTA FISCAL ELETRÔNICA será feito por Ordem Bancária;
- 7.8. Para a efetivação do pagamento a empresa deverá manter as condições previstas neste Termo no que concerne a proposta de preço e a habilitação.
- 7.9. em se tratando de serviços, o objeto do contrato será recebido:
- a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

### 8. DA FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 8.1. A presente contratação, trata-se de um objeto comum e reger-se-á na Lei № 14.133/21, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- 8.2. A modalidade licitatória será por Pregão Eletrônico, com critério de julgamento menor preço POR LOTE, com modo de disputa aberto e fechado.

Art. 56 da Lei 14.133/2021 – Modo de disputa poderá ser isolado ou conjuntamente:



- I. Aberto, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes;
- II. Fechado, hipótese em que as propostas permanecerão em sigilo até a data e hora designadas para sua divulgação.
- 8.3. Tal escolha se justifica, tendo em vista que os móveis foram classificados/agrupados de acordo com a sua característica e tipo de matéria prima na fabricação.
- 8.4. Ademais, promover a contratação por critério de julgamento por item poderá comprometer a padronização dos móveis.
- 8.5. Considerando o fato citado a cima, a opção mais viável será realizar a contratação de no máximo 2 (duas) empresas, a fim de garantir a execução dos serviços de maneira mais eficiente.
- 8.6. Vale ressaltar que o Consórcio CIM Polinorte visa proporcionar o menor preço possível para os entes participantes, nas contratações realizadas em conjunto e o julgamento da licitação por meio de valor por lote facilitará também a gestão dos contratos que serão firmados pelos municípios contratantes.

## 9. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

09.1. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação.

## 10. DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS NA FASE DE HABILITAÇÃO

#### 10.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 10.1.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual, com o "Objeto Social" enquadrado com objeto do (s) item (s) em que a empresa estará disputando. A empresa que apresentar Registro Comercial com o "Objeto Social" que não abrange o objeto que ela estará disputando, será considerada INABILITADA;
- 10.1.2 Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social ou sua Consolidação e alterações em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, com o "Objeto Social" enquadrado no objeto do(s) item (s) em que a empresa cadastrou proposta, acompanhado de prova de seu registro ou inscrição e de eleição de seus atuais administradores, em se tratando de sociedades comerciais ou sociedades por ações. A empresa que apresentar Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social ou sua consolidação e alterações em vigor com o "Objeto Social" que não abrange o objeto que ela estará disputando, será considerada INABILITADA;

#### CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



- 10.1.3. Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de Sociedades Civis, acompanhada do instrumento de eleição da Diretoria;
- 10.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 10.1.5. Somente as empresas que alterarem o seu contrato social para enquadramento ou reenquadramento de microempresas para empresas de pequeno porte deverão apresentar a "Declaração de enquadramento ou reenquadramento de microempresa para empresa de pequeno porte" como parte integrante da Certidão Simplificada Junta Comercial, sendo ambas, expedidas pela Junta Comercial da cada estado onde está sediada a empresa, com data compatível ou posterior a data do último arquivamento registrada/informada na própria Certidão da Junta Comercial.
- 10.1.6. O representante da empresa (representante legal ou procurador) responsável pela assinatura do Contrato/Ata de Registro de Preços, deverá identificar-se apresentando cópia de documento oficial de identificação que contenha foto.

## 10.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 10.2.1. Certidão negativa de pedido de falência, recuperação judicial, ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante em data não superior a 30 (trinta) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.
- 10.2.2. Balanço patrimonial e demonstrações de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta; Estes documentos deverão conter as assinaturas dos sócios, do contador ou técnico responsável com os respectivos termos de abertura e encerramento, registrados na Junta Comercial ou Cartório de Registro, comprovando a boa situação financeira da empresa, veda a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. As empresas obrigadas, na forma da Lei, a escriturara movimentação contábil através do Sistema Público de Escrituração Contábil Digital (SPED) deverão apresentar o Recibo e as Demonstrações Contábeis extraídas do Sistema Público de Escrituração Contábil Digital (SPED) juntamente com os Termos de Abertura e Encerramento do último exercício social;
- 10.2.2.1. Se tratando de MEI Micro Empreendedor Individual, será indispensável a apresentação do Balanço patrimonial;
- 10.2.2.2. O conjunto completo de demonstrações contábeis da entidade deve incluir todos os seguintes demonstrativos, no que couber:

#### CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



- a) balanço patrimonial ao final do período;
- b) demonstração do resultado do período de divulgação;
- c) demonstração do resultado abrangente do período de divulgação. A demonstração do resultado abrangente pode ser apresentada em quadro demonstrativo próprio ou dentro das mutações do patrimônio líquido. A demonstração do resultado abrangente, quando apresentada separadamente, começa com o resultado do período e se completa com os itens dos outros resultados abrangentes;
- d) demonstração das mutações do patrimônio líquido para o período de divulgação;
- e) demonstração dos fluxos de caixa para o período de divulgação;
- f) notas explicativas, compreendendo o resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias.

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL	ME E EPP ITG 1000	PME's NBC TG 1000	REGRA GERAL	S.A DE CAPITAL ABERTO
B.P.	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
D.R.	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
D.R.A.	Facultativa	Pode ser substituída pela DLPA	Obrigatório	Obrigatório
D.L.P.A.	Facultativa	Facultativa (Obrigatóriase substituír a DRA ou a DMPL)	Facultativa	Facultativa
D.M.P.L.	Facultativa	Pode ser Substituída pela DLPA	Obrigatório	Obrigatório
D.F.C.	Facultativa	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório



N.E.	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
D.V.A.	Facultativa	Facultativa	Facultativa	Obrigatório

10.2.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas.

$$LG = rac{Ativo\ Circulante + Passindo\ a\ Longo\ Prazo}{Passinvo\ Circulante + Passinvo\ não\ Circulante}$$

$$SG = \frac{Ativo \, Total}{Passinvo \, Circulante + Passivo \, n\~{a}o \, Circulante}$$

$$LC = \frac{Ativo\ Total}{Passinvo\ Circulante}$$

10.2.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

## 10.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- 10.3.1. Prova de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica CNPJ;
- 10.3.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual (com situação ativa) ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.
- 10.3.3. Certidão negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
- 10.3.4. Certidão negativa de débitos com a Fazenda Estadual em que for sediada a empresa;
- 10.3.5. Certidão negativa de débito com a Fazenda Municipal, onde for sediada a empresa. No caso de municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros, ou seja, duas Certidões, uma sobre Tributos Imobiliários e outra sobre Tributos Mobiliários. A proponente com filial no Município de Ibiraçu, fica obrigada a fornecer a certidão relativa a esta filial, para atendimento do item;
- 10.3.6. Certidão de regularidade CRF, perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS;
- g) Prova de inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa expedida pela Justiça do Trabalho, de acordo com a Lei Federal nº 16.440/2011.

#### CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



## 10.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 10.4.1. Para fins de comprovação da capacidade técnica, será necessária a apresentação de no mínimo 01 (um) documento, emitido em papel timbrado do emitente, firmado por empresa pública ou privada, comprovando já ter executado ou estar prestando, a contento, serviços compatíveis com o objeto da licitação, ou seja, locação de veículos, em sintonia com o § 2° do art. 67 da Lei n°14.133/21, comprovando ter executado, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do quantitativo da presente licitação.
- 10.4.2. O(s) atestado(s) deve(m) ser emitido(s) em papel timbrado da empresa contratante, assinado por seu representante legal, contendo a identificação do nome por extenso, discriminando o teor da contratação e os dados da empresa contratada;
- 10.4.3. O Consórcio CIM POLINORTE poderá promover diligências para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados, caso julgue necessário, estando sujeita à inabilitação, a licitante que apresentar documentos em desacordo com as informações obtidas pela Equipe de Pregão, além de incorrer nas sanções previstas na Lei 14.133/21.

## 10.5. OS LICITANTES DEVERÃO APRESENTAR A SEGUINTE DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

- 10.5.1. Declaração dando ciência de que a licitante cumpre plenamente os requisitos de habilitação, de acordo com o inciso VII, Artigo 4º da Lei nº 10.520/2002, conforme modelo Anexo ao Edital.
- 10.5.2. Declaração que se encontra desimpedida de participar da licitação, obrigando-se, ainda, a declarar, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo da habilitação, conforme artigo 5° (Princípio da moralidade e da probidade administrativa), artigo 12° inciso VII e artigo 64° da Lei nº 14.133/21, conforme modelo Anexo ao Edital;
- 10.5.3. Declaração do licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo Anexo ao Edital;

#### 10.6. Observações:

- 10.6.2. Se a licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos, que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 10.6.3. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.
- 10.6.4. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizações ou registrados em cartório de títulos e documentos.
- 10.6.5. Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante não atender as exigências de habilitação, a Pregoeira, examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital;
- 10.6.6. Constatado o atendimento as exigências fixadas neste edital, o licitante será declarado vencedor;

#### CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



### 11. DAS SANÇÕES E PENALIDADES

- 11.1. A CONTRATADA deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas no presente Termo de Referência, sujeitando-se às penalidades constantes no art. 155, 156 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.
- 11.1.1. Caso deixe de cumprir as obrigações estabelecidas, a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades:
- 11.1.1.1 ADVERTÊNCIA quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2°, da Lei);

#### 11.1.1.2. MULTA

- 11.1.1.2.1. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 11.1.1.2.2. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
- 11.1.1.2.2.1. O atraso superior a 60 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021;
- 11.1.1.2.3. compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 11.1.1.3. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR quando praticadas as infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- 11.1.1.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos casos de prática de atos ilícitos, incluindo os atos que visam frustrar os objetivos da licitação ou contratação, tais como conluio, fraude, adulteração de documentos ou emissão de declaração falsa;
- 11.2. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE (art. 156, 59°);
- 11.3. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7°);
- 11.3.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157);

#### CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



- 11.3.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8°);
- 11.3.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;
- 11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei n° 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
- 11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1°):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- 11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);
- 11.7. A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, onde será indicada a conduta considerada irregular, a motivação e a espécie de sanção administrativa que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;
- 11.8. A aplicação da sanção, declaração de inidoneidade compete exclusivamente ao Presidente do CIM Polinorte, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 03 (três) anos de sua aplicação;
- 11.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160);



- 11.10. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161);
- 11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n° 14.133/2021.

## 12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

- 12.1. Na aquisição a ser realizada pelo sistema de Registro de Preços, não haverá prévia reserva orçamentária e o quantitativo do objeto pretendido será indicado em termos estimativos, em função do consumo mensal ou anual, sendo a dotação orçamentária indicada somente no momento da efetiva aquisição.
- 12.2. Os custos correrão à conta da dotação orçamentária do orçamento dos municípios consorciados, participantes desta contratação, sendo obrigatória a indicação da dotação orçamentária antes da efetiva aquisição.

## 13. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 13.1. Cumprir o prazo de execução, não podendo este prazo exceder ao prazo estabelecido no item;
- 13.2. Emitir Nota Fiscal informando, obrigatoriamente, o objeto da licitação, os valores unitários e totais e o número do processo que deu origem à aquisição;
- 13.3. Responder pelos danos causados diretamente ao Consórcio ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no fornecimento dos materiais;
- 13.4. A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE quaisquer anormalidades que ocorrerem durante o tempo determinado para a execução do serviço, porventura, possam prejudicar;
- 13.5. Manter todas as condições de habilitação e qualificação, que ensejaram sua contratação, inclusive quanto à qualificação econômico-financeira durante a vigência contratual;
- 13.6. Arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao Contratante, inclusive transporte até o local indicado, tributos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais ou quaisquer outros resultantes da sua condição de empregadora;
- 13.7. É vedado ao fornecedor recusar-se a cumprir a ordem/autorização de fornecimento, salvo justo motivo.
- 13.8. Considerar-se-á justo motivo fato superveniente oriundo de caso fortuito e/ou força maior.

#### CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



## 14. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

- 14.1. Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade na execução dos serviços e interromper imediatamente, se for o caso;
- 14.2. Conferir o documento fiscal. Havendo erro na Nota Fiscal ou outra circunstância impeditiva, suspender o recebimento definitivo.
- 14.3. Acompanhar, coordenar e fiscalizar a contratação, anotando em registro próprio os fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas na execução do contrato;
- 14.4. Recusar, com a devida justificativa, qualquer fornecimento executado fora das especificações constantes no contrato;
- 14.5. Aplicar as penalidades previstas contratualmente, após o contraditório e a ampla defesa, no caso de descumprimento de cláusulas contratuais pela CONTRATADA;

#### 15. DA GARANTIA MÍNIMA DOS MOBILIÁRIOS

15.1. A garantia mínima dos mobiliários será de **05 (cinzo) anos,** contados a partir do recebimento definitivo.

## 16. DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Não será permitido transferir a terceiros por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o serviço ora contratado, nem subcontratar quaisquer das prestações a que é obrigada, sem anuência da CONTRATANTE.

## 17. DO REGISTRO DE PREÇO

- 17.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços é de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação do extrato do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme o artigo 105 da Lei n° 14.133/2021. E poderá ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade, sendo seus quantitativos renovados na totalidade, ainda que haja saldo anterior;
- 17.2. Os preços registrados poderão ser reajustados, por ocasião da renovação e com base no IPCA, ou outro índice que vier a substituí-lo, desde que comprovada a vantajosidade;
- 17.3. A existência de preços registrados implicará compromisso de execução nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar.
- 11.4. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

#### CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



- 11.5. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- a) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- b) Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- c) No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação;
- d) No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

#### 18. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 18.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021. (na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.)
  - 18.2. **O contrato** poderá ser prorrogado por igual período, desde comprovada a vantajosidade, sendo seus quantitativos renovados na totalidade.
  - 18.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
  - 18.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## 19. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.

19.1. Esta contratação observará as normas e procedimentos administrativos constantes no Art. 75 da Lei nº 14.133/21, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências, Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências.

## 20. PARTICIPANTES DESTE TERMO DE REFERÊNCIA

- 20.1. MUNICÍPIO DE IBIRAÇU
- 20.2. MUNICÍPIO DE JOÃO NEIVA
- 20.3. MUNICÍPIO DE LINHARES
- 20.4. MUNICÍPIO DE RIO BANANAL

#### CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



20.5.	MUNICÍPIO DE SANTA LEOPOLDINA
20.6.	MUNICÍPIO DE SANTA TERESA
20.7.	MUNICÍPIO DE SÃO ROQUE DO CANAÃ
20.8.	MUNICÍPIO DE SOORETAMA
20.9.	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO INFANTIL DE LINHARES
20.10.	REDE DE CUIDADO INTEGRAL À SAÚDE – REDE CUIDAR
20.11.	CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE – CIM POLINORTE

## 21. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

- 21.1. O presente Termo de Referência foi elaborado por Missleide Barboza Tobias, Supervisora de Compras da Câmara Setorial de Compras Compartilhadas do Consórcio CIM Polinorte.
- 21.2. Responsável pela estimativa da quantidade:
- Secretários municipais de saúde e de administração dos municípios consorciados do CIM Polinorte.
- Gerente da Rede Cuidar/Linhares
- Diretora da UPA Infantil/Linhares

## 22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 22.1. O **CONSÓRCIO CIM POLINORTE/ES,** reserva para si o direito de não aceitar ou receber quaisquer serviços em desacordo com o previsto no termo de Referência, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto;
- 22.2. Naquilo que for omisso o presente Termo de Referência, reger-se-á pela Lei 14.133/21;
- 22.3. Dúvidas e esclarecimentos podem ser realizados através do telefone (27)98125-0848 ou email cotacao@cimpolinorte.es.gov.br.

## MISSLEIDE BARBOZA TOBIAS SUPERVISORA DE COMPRAS DA CÂMARA S. DE COMPRAS COMPARTILHADAS CIM POLINORTE



#### ANEXO I

							L	OTE 01	– ÁRMARI	OS E MESA	AS								
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	FUNDÃO (FMS)	FUNDÃO (ADM)	IBIRAÇU (FMS)	IBIRAÇU (ADM)	LINHARES (ADM)	JOÃO NEIVA (FMS)	RIO BANANAL (FMS)	RIO BANANAL (ADM)	SANTA LEOPOLDINA (FMS)	SANTA LEOPOLDINA (ADM)	SANTA TERESA (ADM)	SÃO ROQUE DO CANAÃ (FMS)	SOORETAMA FMS	UPAI LINHARES	REDE CUIDAR LINHARES	CIM POLINORTE	TOTAL
1	ARMÁRIO BAIXO - COR CINZA, GRAFITE OU MARFIM	UND	60	10	0	6	30	30	10	10	0	5	22	15	20	0	2	19	239
2	ARMÁRIO ALTO - COR CINZA, ARGILA OU GRAFITE	UND	110	5	0	36	20	30	0	10	6	5	23	40	20	0	2	30	337
3	GAVETEIRO VOLANTE - L 400 X A 658 X P 470 – COR: CINZA OU GRAFITE	UND	80	10	0	32	30	0	0	8	2	10	12	2	40	0	2	21	249
4	MESA COM PÉ PAINEL - COM DUAS GAVETAS - COR CINZA OU ARGILA	UND	50	10	6	36	34	30	10	5	23	10	51	50	40	0	2	33	390
5	MESA COM PÉ PAINEL - L 1200 X A 735 X P 600 –	UND	30	10	0	10	30	25	10	2	3	5	5	12	20	0	2	14	178

## CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE

Alegre, Aracruz, Cariacica, Ibiraçu, Fundão, João Neiva, Linhares, Santa Teresa, São Roque do Canaã, Santa Leopoldina, Sooretama, Rio Bananal e Viana.



	SEM GAVETAS - COR CINZA OU ARGILA																		
6	MESA – COR: PÉS DE METAL PRETOS E TAMPO COM ESTAMPA IMITANDO MADEIRA - MESA PÉ METAL		25	10	0	3	0	2	0	0	0	10	3	5	10	0	0	7	75
7	MESA - COR: PÉS DE METAL PRETOS E TAMPO COM ESTAMPA IMITANDO MADEIRA - MESA PÉ METAL	UND	10	10	0	0	0	2	0	0	0	5	3	3	10	0	0	4	47
8	MESA REDONDA, TAMPO Ø 1200mm	UND	15	10	4	0	0	10	1	5	0	8	16	3	2	0	2	7	83
9	MESA QUADRADA 750X750	UND	25	10	0	0	0	10	0	0	0	0	4	20	8	0	0	7	84
10	MESA RETANGULAR 4L C/ 02 PÉS	UND	15	10	3	10	0	5	0	0	0	0	8	3	8	0	1	7	70

Alegre, Aracruz, Cariacica, Ibiraçu, Fundão, João Neiva, Linhares, Santa Teresa, São Roque do Canaã, Santa Leopoldina, Sooretama, Rio Bananal e Viana.





								LOTE 0	2 – CADE	IRAS E POLI	TRONAS								
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	FUNDÃO (FMS)	FUNDÃO (ADM	IBIRAÇU (FMS)	IBIRAÇU (ADM)	LINHARES (ADM)	JOÃO NEIVA (FMS)	RIO BANANAL (FMS)	RIO BANANAL	SANTA LEOPOLDINA (FMS)	SANTA LEOPOLDINA (ADM)	SANTA TERESA (ADM)	SÃO ROQUE DO CANAÃ	SOORETAMA (FMS)	UPAI LINHARES	REDE CUIDAR LINHARES	CIM POLINORTE	TOTAL
01	CADEIRA GIRATÓRIA SECRETÁRIA GIRATÓRIA (SEM BRAÇOS)	UND	70	15	15	54	0	40	10	15	2	0	20	40	80	0	0	4	365
02	CADEIRA APROXIMAÇÃO EMPILHÁVEL COM ENCOSTO E ASSENTO FIXOS COM EMPILHAMENTO MÁXIMO DE 10 UNIDADES	UND	150	10	20	23	0	50	0	20	33	0	430	40	200	0	0	89	1065
03	CADEIRA COM PRANCHETA	UND	20	15	0	50	212	100	0	0	0	0	85	0	0	0	0	27	509
04	CADEIRA SECRETÁRIA - EXECUTIVA GIRATORIA	UND	50	15	0	30	260	0	20	10	37	20	102	50	50	12	0	38	694

Alegre, Aracruz, Cariacica, Ibiraçu, Fundão, João Neiva, Linhares, Santa Teresa, São Roque do Canaã, Santa Leopoldina, Sooretama, Rio Bananal e Viana.



05	POLTRONA EXECUTIVA GIRATÓRIA PRETA (COM PÉS PRETOS)	UND	50	15	10	22	45	0	3	5	3	0	78	1	50	0	0	23	305
06	CADEIRA EXECUTIVA FIXA - (NÃO GIRATÓRIA E COM BRAÇOS) ESTRUTURA NA COR PRETA	UND	45	15	0	0	20	0	0	10	2	20	72	0	10	0	0	17	211
07	LONGARINA 03 LUGARES S/ BRAÇO – 110KG POR ASSENTO.	UND	60	15	5	13	120	0	30	10	0	10	41	40	100	12	0	32	488

Alegre, Aracruz, Cariacica, Ibiraçu, Fundão, João Neiva, Linhares, Santa Teresa, São Roque do Canaã, Santa Leopoldina, Sooretama, Rio Bananal e Viana.





## ANEXO II - FORMULÁRIO DE ESPECIFICAÇÃO E PREÇOS

## (PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Ao

CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE - CIM POLINORTE

Sede: Rua Martins Pescadores, s/nº, Bairro Ericina, Edifício Gilson Amaro − Ibiraçu-ES.

	LOTE 01 – ARM	ÁRIOS E M	1ESAS			
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	MARCA	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
1	ARMÁRIO BAIXO - COR CINZA, GRAFITE OU MARFIM - Dimensões: 800mm Largura x 450mm Profundidade x 735mm Altura. TAMPO.: Produzido em MDP BP 25mm revestido em ambas as faces acabamento em fita de bordo PVC 1mm aplicado exclusivamente pelo processo "Hot Melting" recebe acabamento fresado com raio de 1mm. LATERAIS/PRATELEIRAS/BASE/COSTA.: Produzido em MDP BP 15mm revestido em ambas as faces acabamento em fita de bordo PVC 1mm aplicado exclusivamente pelo processo "Hot Melting" recebe acabamento fresado com raio de 1mm. 2 PORTAS: Produzidos em MDP BP 15mm revestidos em ambas as faces acabamento em fita de bordo PVC 1mm aplicado exclusivamente pelo processo "Hot Melting" recebe acabamento fresado com raio de 1mm. Abertura 105° através de dobradiças caneco 35mm, acabamento niquelado, fechamento automático e travamento com fechadura/chave (com alojamento de zamac e acabamento niquelado). 2 puxadores produzidos em ABS injetado e haste de alumínio. MONTAGEM.: Fixação através de sistema de Minifix de aço, cavilhas em madeira, sapata niveladora com parafuso de aço e acabamento polipropileno injetada.  CERTIFICADO DE GARANTIA DE 5 ANOS.	UNIDA DE	239			

## CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



	725604  ARMÁRIO ALTO - COR CINZA, ARGILA OU GRAFITE - Dimensões: 800mm Largura x 2060mm Altura x 500mm Profundidade. Tampo: Confeccionado em chapas de		337		
2	madeira MDP BP 25 mm de densidade (Médium Density Particleboard). São aglutinadas e compactadas com resina sintética por meio de pressão e calor, revestidas com lâminas de papel impregnada com resinas melamínicas em ambas as faces. Destaca-se pela característica de sua superfície uniforme, fina, lisa e de alta densidade, assegurada pela perfeita distribuição das partículas de madeira. Sendo um produto tecnológico e econômico para a produção de móveis. As chapas possuem densidade de 595 kg/m³, densidade da camada externa 900 kg/m³, resistência à tração perpendicular kgf/cm² 4,5, resistência à flexão estática kgf/cm² 135, resistência superficial kgf/cm² 14,5, inchamento médio 6% e umidade de 6 a 10% teor de formaldeído Mg Formol/100g am.seca <30. O tampo é encabeçado através de fita de borda 2 mm de espessura produzida em Poliestireno, aplicadas com adesivo P.U.R, suas arestas recebem acabamento com raio ergonômico de 2mm. Tampo Intermediário: Confeccionado em chapas de madeira MDP BP 25 mm de densidade (Médium Density Particleboard). São aglutinadas e compactadas com resina sintética por meio de pressão e calor, revestidas com lâminas de papel impregnada com resinas melamínicas em ambas as faces. Destaca-se pela característica de sua superfície uniforme, fina, lisa e de alta densidade, assegurada pela perfeita distribuição das	UNIDA DE			
	partículas de madeira. Sendo um produto tecnológico e econômico para a produção de móveis. As chapas possuem densidade de 595 kg/m³, densidade da camada externa 900 kg/m³, resistência à tração perpendicular kgf/cm² 4,5, resistência à flexão estática kgf/cm² 135, resistência superficial kgf/cm² 14,5, inchamento médio 6% e umidade de 6 a 10% teor de formaldeído Mg Formol/100g am.seca <30. O tampo é encabeçado através de fita de borda 1 mm de espessura produzida em Poliestireno, aplicadas com adesivo P.U.R, suas arestas				

CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE
Alegre, Aracruz, Cariacica, Ibiraçu, Fundão, João Neiva, Linhares, Santa Teresa,
São Roque do Canaã, Santa Leopoldina, Sooretama, Rio Bananal e Viana.



recebem acabamento com raio ergonômico de 1mm. Portas (01 Porta Esquerda 01 Porta Direita). Confeccionadas em chapas de madeira MDP BP 18 mm de densidade (Médium Density Particleboard). São aglutinadas e compactadas com resina sintética por meio de pressão e calor, revestidas com lâminas de papel impregnada com resinas melamínicas em ambas as faces. Destaca-se pela característica de sua superfície uniforme, fina, lisa e de alta densidade, assegurada pela perfeita distribuição das partículas de madeira. Sendo um produto tecnológico e econômico para a produção de móveis. As chapas possuem densidade de 610 kg/m³, densidade da camada externa de 900 kg/m³, resistência a tração perpendicular 5,5 kgf/cm<sup>2</sup>, resistência a flexão estática kgf/cm<sup>2</sup> 145, resistência superficial kgf/cm<sup>2</sup> 14,5, inchamento médio 6% umidade 6 a 10% teor de formaldeído Mg Formol/100g am.seca <30. São encabeçadas através de fita de borda 1 mm de espessura produzida em Poliestireno, aplicadas com adesivo P.U.R, suas arestas recebem acabamento com raio ergonômico de 1mm, Corpo (01 Lateral Direita, 01 Lateral Esquerda, 01 Base inferior, 03 Prateleiras e 01 Fundo) Confeccionadas em chapas de madeira MDP BP 18 mm de densidade (Médium Density Particleboard). São aglutinadas e compactadas com resina sintética por meio de pressão e calor, revestidas com lâminas de papel impregnada com resinas melamínicas em ambas as faces. Destaca-se pela característica de sua superfície uniforme, fina, lisa e de alta densidade, assegurada pela perfeita distribuição das partículas de madeira. Sendo um produto tecnológico e econômico para a produção de móveis. As chapas possuem densidade de 610 kg/m³, densidade da camada externa de 900 kg/m³, resistência a tração perpendicular 5,5 kgf/cm², resistência a flexão estática kgf/cm² 145, resistência superficial kgf/cm² 14,5, inchamento médio 6% umidade 6 a 10% teor de formaldeído Mg Formol/100g am.seca <30. São encabeçadas através de fita de borda 1 mm de espessura produzida em Poliestireno, aplicadas com adesivo P.U.R, suas arestas recebem acabamento com raio ergonômico de 1mm. Montagem: 2 Portas recebem puxadores com haste em alumínio e ponteiras em ABS com entre furos de 128mm, são fixadas ao móvel pré marcado com 02 dobradiças (cada porta) com amortecedor, caneco 35mm fixadas a porta com 02 parafusos 3,5x14mm cabeça chata, produzidas em aço, acabamento niquelado de alta qualidade, ângulo de abertura de 107º, fixadas a lateral do móvel através de calço H3 com 04 parafusos 3,5x14mm cabeça chata. Para um melhor alinhamento,

## CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



_				 	
	possui três regulagens sendo de altura,				
	profundidade/pressão e recobrimento lateral. Na porta				
	direita inferior e na porta esquerda superior estão				
	alocadas as fechaduras cilíndricas com travamento por				
	lingueta e chapinha metálica fixada ao tampo, conta com				
	duas chaves, principal e reserva escamoteáveis				
	(dobráveis) acabamento zincado com capa plástica. A				
	porta esquerda trava-se automaticamente ao chavear a				
	porta direita por chapa metálica zincada branca plana 47				
	x 24 x 1,5mm parafusada com PF 3,5x14 CP. As prateleiras				
	são apoiadas em suportes metálicos de superfície				
	cilíndrica com base Ø 5 mm x 8mm 4 suportes por				
	prateleira. O Tampo, costa e a base Ø8 x 30 e fixados as				
	laterais por parafuso minifix de aço com rosca M6				
	alocados em Bucha Americana M6x13, sua fixação é por				
	Tambor de Zamac Ø15x13. Requadro metálico				
	produzidos com tubo de aço SAE 1010/1020 20x20x0,90,				
	seção quadrada. "Soldada pelo processo MIG,				
	tratamento anticorrosivo, rebite Plus mínimo de ¼" para				
	fixação das sapatas niveladoras de altura de 1/4x17mm				
	com base de Polímeros de alta resistência. Lavagem pelo				
	processo de imersão através de desengraxe, água,				
	refinador, fosforização, água, passivador e secagem em				
	estufa por 15 minutos. Recebe pintura eletrostática pó e				
	cura em estufa a200ºC por 15minutos.				
	·				
	CERTIFICADO DE GARANTIA DE 5 ANOS				
	GAVETEIRO VOLANTE - L 400 X A 658 X P 470 – COR: CINZA		249		
	OU GRAFITE Dimensões: 400mm Largura x 658mm Altura				
	x 470mm Profundidade. Tampo: Confeccionado em				
	chapas de madeira MDP BP 18 mm de densidade				
	(Médium Density Particleboard). São aglutinadas e				
3	compactadas com resina sintética por meio de pressão	UNIDA			
	e calor, revestidas com lâminas de papel impregnada	DE			
	com resinas melamínicas em ambas as faces. Destaca-se				
	pela característica de sua superfície uniforme, fina, lisa				
	e de alta densidade, assegurada pela perfeita distribuição				
	das partículas de madeira. Sendo um produto tecnológico				
	e econômico para a produção de móveis. As chapas				
	PRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTI				



possuem densidade de 610 kg/m³, densidade da camada externa de 900 kg/m³, resistência a tração perpendicular 5,5 kgf/cm<sup>2</sup>, resistência a flexão estática kgf/cm<sup>2</sup> 145, resistência superficial kgf/cm² 14,5, inchamento médio 6% umidade 6 a 10% teor de formaldeído Mg Formol/100g am.seca <30. São encabeçadas através de fita de borda 1 mm de espessura produzida em Poliestireno, aplicadas com adesivo Hot Melt, suas arestas recebem acabamento com raio ergonômico de 1mm. Frentes de Gavetas com pega lateral: (02 Frente de gaveta menor e 02 frentes de gaveta maior). Confeccionadas em chapas de madeira MDP BP 18 mm de densidade (Médium Density Particleboard). São aglutinadas e compactadas com resina sintética por meio de pressão e calor, revestidas com lâminas de papel impregnada com resinas melamínicas em ambas as faces. Destaca-se pela característica de sua superfície uniforme, fina, lisa e de alta densidade, assegurada pela perfeita distribuição das partículas de madeira. Sendo um produto tecnológico e econômico para a produção de móveis. As chapas possuem densidade de 610 kg/m<sup>3</sup>, densidade da camada externa de 900 kg/m³, resistência a tração perpendicular 5,5 kgf/cm², resistência a flexão estática kgf/cm<sup>2</sup> 145, resistência superficial kgf/cm<sup>2</sup> 14,5, inchamento médio 6% umidade 6 a 10% teor de formaldeído Mg Formol/100g am.seca <30. São encabeçadas através de fita de borda 1 mm de espessura produzida em Poliestireno, aplicadas com adesivo Hot Melt, suas arestas recebem acabamento com raio ergonômico de 1mm. O gaveteiro possui dois travamentos independentes um para as duas gavetas, superiores e outro para as gavetas inferiores, sendo a primeira de cada conjunto dotada de fechadura cilíndrica com travamento por pino 36xØ6,25mm acionando sistema, produzido em alumínio barra chata 16x2,5mm dotados de 02 hastes de aço 1/4x37mm zincado branco e 01 haste por gaveta 1/4x13mm alocado em usinagem 20mm x 6mm na lateral do móvel, cada gaveta possui cantoneira de travamento produzida aço 47x10x1,50 zincado branco, conta com duas chaves, principal e reserva escamoteáveis (dobráveis) acabamento zincado com capa plástica. Corpo Gaveteiro: (01 lateral direita, 01 lateral esquerda, 01 base, 01 fundo 04 laterais gaveta direita, 04 laterais de gaveta esquerda, 04 costas menor e 04 fundos de gaveta) Com exceção dos fundos de gaveta, as demais peças confeccionadas em chapas de madeira MDP BP 18 mm de densidade (Médium Density Particleboard). São aglutinadas e compactadas com resina sintética por meio de pressão e calor, revestidas com lâminas de papel impregnada com resinas

### CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



melamínicas em ambas as faces. Destaca-se pela característica de sua superfície uniforme, fina, lisa e de alta densidade, assegurada pela perfeita distribuição das partículas de madeira. Sendo um produto tecnológico e econômico para a produção de móveis. As chapas possuem densidade de 610 kg/m³, densidade da camada externa de 900 kg/m³, resistência a tração perpendicular 5,5 kgf/cm<sup>2</sup>, resistência a flexão estática kgf/cm<sup>2</sup> 145, resistência superficial kgf/cm<sup>2</sup> 14,5, inchamento médio 6% umidade 6 a 10% teor de formaldeído Mg Formol/100g am.seca <30. São encabeçadas através de fita de borda 1 mm de espessura produzida em Poliestireno, aplicadas com adesivo Hot Melt, suas arestas recebem acabamento com raio ergonômico de 1mm. Os fundos das gavetas são produzidos em chapa dura com acabamento em pintura a base d'água e secagem ultravioleta, a chapa dura é ideal para ser aplicada em fundos de moveis e gavetas. O verniz de acabamento é polimerizável, isento de solventes e não gera voláteis. As chapas têm peso especifico mínimo de 800 kg/m³. Absorção de água máximo 35%, inchamento 25% (Teor de umidade do corpo avaliado após imersão em água destilada á temperatura de 20ºC ± 1ºC durante 24 horas, por cerca de 15 minutos. Resistência a Flexão mínima 315 kgf/cm² (Resistência que o corpo avaliado, apoiado em suas extremidades, oferece quando é aplicada força em seu centro). Resistência a Tração Perpendicular mínimo 6,2 kgf/cm² (Resistência que o corpo avaliado oferece quando são aplicadas forças de tração perpendicularmente as suas superfícies). Resistência a Tração Paralela mínima 152 kgf/cm² (Resistência que o corpo avaliado oferece quando são aplicadas forças de tração paralelamente as suas superfícies). Todas as gavetas são apoiadas em corrediças metálicas de 400mm de comprimento, produzida em aço laminado com roldana de poliacetal. Possui 4 rodízios de gel (2 com trava e 2 sem trava). CERTIFICADO DE GARANTIA DE 5 ANOS.



## CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



MESA COM PÉ PAINEL - COM DUAS GAVETAS - COR CINZA OU ARGILA - DIMENSOES: 1500MM Largura x 735MM Altura x 800MM

Profundidade. TAMPO: Confeccionado em chapas de madeira MDP BP 25 mm de densidade (Médium Density Particleboard). São aglutinadas e compactadas com resina sintética por meio de pressão e calor, revestidas com lâminas de papel impregnada com resinas melamínicas em ambas as faces. Destaca-se pela característica de sua superfície uniforme, fina, lisa e de alta densidade, assegurada pela perfeita distribuição das partículas de madeira. Sendo um produto tecnológico e econômico para a produção de móveis. As chapas possuem densidade de 595 kg/m³, densidade da camada externa 900 kg/m³, resistência à tração perpendicular kgf/cm<sup>2</sup> 4,5, resistência à flexão estática kgf/cm<sup>2</sup> 135, resistência superficial kgf/cm² 14,5, inchamento médio 6% e umidade de 6 a 10% teor de formaldeído Mg Formol/100g am.seca <30. O tampo é encabeçado através de fita de borda 2 mm de espessura produzida em Poliestireno, aplicadas com adesivo PUR, suas arestas recebem acabamento com raio ergonômico de 2mm. SAIA: confeccionada em chapas de madeira MDP BP 18 mm de densidade (Médium Density Particleboard). São aglutinadas e compactadas com resina sintética por meio de pressão e calor, revestidas com lâminas de papel impregnada com resinas melamínicas em ambas as faces. Destaca-se pela característica de sua superfície uniforme, fina, lisa e de alta densidade, assegurada pela perfeita distribuição das partículas de madeira. Sendo um produto tecnológico e econômico para a produção de móveis. As chapas possuem densidade de 610 kg/m³, densidade da camada externa de 900 kg/m³, resistência a tração perpendicular 5,5 kgf/cm², resistência a flexão estática kgf/cm<sup>2</sup> 145, resistência superficial kgf/cm<sup>2</sup> 14,5, inchamento médio 6% umidade 6 a 10% teor de formaldeído Mg Formol/100g am.seca <30. São encabeçadas através de fita de borda 1 mm de espessura produzida em Poliestireno, aplicadas com adesivo PUR, suas arestas recebem acabamento com raio ergonômico de 1mm. LATERAIS: Confeccionado em chapas de madeira MDP BP 25 mm de densidade (Médium Density Particleboard). São aglutinadas e compactadas com resina sintética por meio de pressão e calor, revestidas com laminas de papel impregnada com resinas melamínicas em ambas as faces. Destaca-se pela característica de sua superfície uniforme, fina, lisa e de alta densidade, assegurada pela perfeita distribuição das partículas de madeira. Sendo um produto tecnológico e

390

UNIDA DF

### CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



					1
	econômico para a produção de móveis. As chapas				
	possuem densidade de 595 kg/m³, densidade da camada				
	externa 900 kg/m³, resistência à tração perpendicular				
	kgf/cm² 4,5, resistência à flexão estática kgf/cm² 135,				
	resistência superficial kgf/cm² 14,5, inchamento médio				
	6% e umidade de 6 a 10% teor de formaldeído Mg				
	Formol/100g am.seca <30. Encabeçado através de fita de				
	borda 1,0 mm de espessura produzida em Poliestireno,				
	aplicadas com adesivo PUR, suas arestas recebem				
	acabamento com raio ergonômico de 1,0 mm. 2 gavetas				
	com puxadores produzidos em ABS injetado e haste de				
	alumínio. Passa Cabo em PVC (para passagem de fiação).				
	Calha Condutora Horizontal metálica com recortes para				
	conectividade de blocos elétricos. MONTAGEM:				
	Composta por parafuso Minifix produzido em aço parafusado nas laterais fixado com parafusos minifix de				
	aço. Tambor de Zamac 12x15mm, as bordas inferiores				
	do móvel recebem sapatas niveladoras de altura				
	1/4x17mm rosqueadas a bucha com rosca interna 1/4.				
	CERTIFICADO DE GARANTIA DE 5 ANOS.				
	CERTIFICADO DE GARANTIA DE 5 ANOS.				
	5000 <b>-</b> 20				
	V				
	MESA COM PÉ PAINEL - L 1200 X A 735 X P 600 – SEM	UNIDA	178		
	GAVETAS - COR CINZA OU ARGILA - DIMENSOES:	DE			
	1200MM Largura x 735MM Altura x 600MM				
	Profundidade. TAMPO: Confeccionado em chapas de				
	madeira MDP BP 25 mm de densidade (Médium				
	Density Particleboard). São aglutinadas e compactadas				
	com resina sintética por meio de pressão e calor,				
	revestidas com lâminas de papel impregnada com				
	resinas melamínicas em ambas as faces. Destaca-se pela				
5	característica de sua superfície uniforme, fina, lisa e de				
	alta densidade, assegurada pela perfeita distribuição das				
	partículas de madeira. Sendo um produto tecnológico e				
	econômico para a produção de móveis. As chapas				
	possuem densidade de 595 kg/m³, densidade da camada				
	externa 900 kg/m³, resistência à tração perpendicular				
	kgf/cm² 4,5, resistência à flexão estática kgf/cm² 135,				
	resistência superficial kgf/cm² 14,5, inchamento médio				
	6% e umidade de 6 a 10% teor de formaldeído Mg				
Ī	Formol/100g am.seca <30. O tampo é encabeçado				

CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE
Alegre, Aracruz, Cariacica, Ibiraçu, Fundão, João Neiva, Linhares, Santa Teresa,
São Roque do Canaã, Santa Leopoldina, Sooretama, Rio Bananal e Viana.



através de fita de borda 2 mm de espessura produzida em Poliestireno, aplicadas com adesivo PUR, suas arestas recebem acabamento com raio ergonômico de 2mm. SAIA: confeccionada em chapas de madeira MDP 18 mm de densidade (Médium Density Particleboard). São aglutinadas e compactadas com resina sintética por meio de pressão e calor, revestidas com lâminas de papel impregnada com resinas melamínicas em ambas as faces. Destaca-se pela característica de sua superfície uniforme, fina, lisa e de alta densidade, assegurada pela perfeita distribuição das partículas de madeira. Sendo um produto tecnológico e econômico para a produção de móveis. As chapas possuem densidade de 610 kg/m³, densidade da camada externa de 900 kg/m³, resistência a tração perpendicular 5,5 kgf/cm<sup>2</sup>, resistência a flexão estática kgf/cm<sup>2</sup> 145, resistência superficial kgf/cm² 14,5, inchamento médio 6% umidade 6 a 10% teor de formaldeído Mg Formol/100g am.seca <30. São encabeçadas através de fita de borda 1 mm de espessura produzida em Poliestireno, aplicadas com adesivo PUR, suas arestas recebem acabamento com raio ergonômico de 1mm. LATERAIS: Confeccionado em chapas de madeira MDP BP 25 mm de densidade (Médium Density Particleboard). São aglutinadas e compactadas com resina sintética por meio de pressão e calor, revestidas com laminas de papel impregnada com resinas melamínicas em ambas as faces. Destaca-se pela característica de sua superfície uniforme, fina, lisa e de alta densidade, assegurada pela perfeita distribuição das partículas de madeira. Sendo um produto tecnológico e econômico para a produção de móveis. As chapas possuem densidade de 595 kg/m³, densidade da camada externa 900 kg/m³, resistência à tração perpendicular kgf/cm<sup>2</sup> 4,5, resistência à flexão estática kgf/cm<sup>2</sup> 135, resistência superficial kgf/cm² 14,5, inchamento médio 6% e umidade de 6 a 10% teor de formaldeído Mg Formol/100g am.seca <30. Encabeçado através de fita de borda 1,0 mm de espessura produzida em Poliestireno, aplicadas com adesivo PUR, suas arestas recebem acabamento com raio ergonômico de 1,0 mm. Passa Cabo em PVC (para passagem de fiação). Calha Condutora Horizontal metálica com recortes para conectividade de blocos elétricos. MONTAGEM: Composta por parafuso Minifix produzido em aço parafusado nas laterais fixado com parafusos minifix de aço. Tambor de Zamac 12x15mm, as bordas inferiores do móvel recebem sapatas niveladoras de altura

## CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



	1/4x17mm rosqueadas a bucha com rosca interna				
	1/4.				
	CERTIFICADO DE GARANTIA DE 5 ANOS				
	a#0				
	MESA – COR: PÉS DE METAL PRETOS E TAMPO COM		75		
	ESTAMPA IMITANDO MADEIRA - MESA PÉ METAL –				
	Dimensões: 1500MM Largura X 735MM Altura x 800MM				
	Profundidade. TAMPO: Confeccionado em chapa de				
	madeira MDP BP 25 mm de densidade (Médium Density				
	Particleboard). São aglutinadas e compactadas com				
	resina sintética por meio de pressão e calor, revestidas				
	com lâminas de papel impregnada com resinas				
	melamínicas em ambas as faces. Destaca-se pela				
	característica de sua superfície uniforme, fina, lisa e de				
	alta densidade, assegurada pela perfeita distribuição das				
	partículas de madeira. Sendo um produto tecnológico e				
	econômico para a produção de móveis. As chapas				
	possuem densidade de 595 kg/m³, densidade da camada				
	externa 900 kg/m³, resistência à tração perpendicular	UNIDA			
6	kgf/cm² 4,5, resistência à flexão estática kgf/cm² 135,	DE			
	resistência superficial kgf/cm² 14,5, inchamento médio				
	6% e umidade de 6 a 10% teor de formaldeído Mig				
	Formol/100g am.seca <30. O tampo é encabeçado				
	através de fita de borda 2 mm de espessura produzida em				
	Poliestireno, aplicadas com adesivo Hot Melt, suas				
	arestas recebem acabamento com raio ergonômico de				
	2mm. MONTAGEM: Estrutura metálica é fixada através				
	de engate triangular de Zamac, parafusado a estrutura				
	com Parafuso Alen M8x50. Os Pés Metálicos recebem				
	ponteiras 40x40 produzidas em poliestireno de alta				
	resistência com rosca metálica para fixação das sapatas				
	reguláveis. O tampo recebe bucha Americana M6x13				
	fixado a estrutura metálica com Parafusos M6x16 Cabeça				
	Panela. Passa Cabo em PVC (para passagem de fiação).				
1					
	Calha Condutora Horizontal metálica com recortes para				

CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE Alegre, Aracruz, Cariacica, Ibiraçu, Fundão, João Neiva, Linhares, Santa Teresa, São Roque do Canaã, Santa Leopoldina, Sooretama, Rio Bananal e Viana.



	conectividade de blocos elétricos. ESTRUTURA				
	METÁLICA: Travessas, produzidas em tubo de aço SAE				
	1010/1020 40x30 parede 0,90. Pé mesa produzidos em				
	tubo de aço SAE 1010/1020 40x40 parede 1,20 Lavagem				
	pelo processo de imersão através de desengraxe, água,				
	refinador, fosforização, água, passivador e secagem em				
	estufa por 15 minutos. Recebe pintura eletrostática pó e				
	cura em estufa a 200ºC por 15minutos; COR: tampo				
	amadeirado na cor macadâmia ou similar e pés de				
	metal na cor preta.				
	CERTIFICADO DE GARANTIA DE 5 ANOS.				
	ABNT NBR 8096: 1983 - Material metálico revestido e não-				
	revestido - Corrosão por exposição ao dióxido de enxofre -				
	Método de ensaio FSC em nome do Fabricante.				
	INICIONO NE CIISAIO FOCEIII HOIHE NO FADITICANTE.				
	Ensaio de Corrosão por Exposição à Névoa Salina de 756				
	horas; seguindo as normas ASTM B 117 e NBR 8754.				
	Produto esteja conforme a normal ABNT NBR 16332:2014				
	- com um laudo da cola atestando que ela está atendendo				
	aos requisitos dessa norma.				
	·				
	MESA - COR: PÉS DE METAL PRETOS E TAMPO COM		47		
	ESTAMPA IMITANDO MADEIRA - MESA PÉ METAL -				
	Dimensões: 1500MM Largura X 735MM Altura x				
	600MM Profundidade. TAMPO: Confeccionado em				
	chapa de madeira MDP BP 25 mm de densidade				
	(Médium Density Particleboard). São aglutinadas e				
	compactadas com resina sintética por meio de pressão	111111111111111111111111111111111111111			
7	e calor, revestidas com lâminas de papel impregnada	UNIDA			
	com resinas melamínicas em ambas as faces. Destaca-se	DE			
	pela característica de sua superfície uniforme, fina, lisa e				
	de alta densidade, assegurada pela perfeita distribuição				
	das partículas de madeira. Sendo um produto tecnológico				
	e econômico para a produção de móveis. As chapas				
	possuem densidade de 595 kg/m³, densidade da camada				
	externa 900 kg/m³, resistência à tração perpendicular				
	kgf/cm² 4,5, resistência à flexão estática kgf/cm² 135,				
	6, ,,,,				

CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE Alegre, Aracruz, Cariacica, Ibiraçu, Fundão, João Neiva, Linhares, Santa Teresa, São Roque do Canaã, Santa Leopoldina, Sooretama, Rio Bananal e Viana.



resistência superficial kgf/cm² 14,5, inchamento médio 6% e umidade de 6 a 10% teor de formaldeído Mig Formol/100g am.seca <30. O tampo é encabeçado através de fita de borda 2 mm de espessura produzida em Poliestireno, aplicadas com adesivo Hot Melt, suas arestas recebem acabamento com raio ergonômico de 2mm. MONTAGEM: Estrutura metálica é fixada através de engate triangular de Zamac, parafusado a estrutura com Parafuso Alen M8x50. Os Pés Metálicos recebem ponteiras 40x40 produzidas em poliestireno de alta resistência com rosca metálica para fixação das sapatas reguláveis. O tampo recebe bucha Americana M6x13 fixado a estrutura metálica com Parafusos M6x16 Cabeça Panela. Passa Cabo em PVC (para passagem de fiação). Calha Condutora Horizontal metálica com recortes para conectividade de blocos elétricos. ESTRUTURA METÁLICA: Travessas, produzidas em tubo de aço SAE 1010/1020 40x30 parede 0,90. Pé mesa produzidos em tubo de aço SAE 1010/1020 40x40 parede 1,20 Lavagem pelo processo de imersão através de desengraxe, água, refinador, fosforização, água, passivador e secagem em estufa por 15 minutos. Recebe pintura eletrostática pó e cura em estufa a 200ºC por 15minutos. COR: tampo amadeirado na cor macadâmia ou similar e pés de metal na cor preta

CERTIFICADO DE GARANTIA DE 5 ANOS.

ABNT NBR 8096: 1983 - Material metálico revestido e nãorevestido - Corrosão por exposição ao dióxido de enxofre -

Método de ensaio FSC em nome do Fabricante.

Ensaio de Corrosão por Exposição à Névoa Salina de 756 horas; seguindo as normas ASTM B 117 e NBR 8754.

Produto esteja conforme a normal ABNT NBR 16332:2014 - com um laudo da cola atestando que ela está atendendo aos requisitos dessa norma.



### CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



MESA REDONDA, TAMPO Ø 1200mm - Altura 720mm. DIMENSÔES APROXIMADAS DA MESA: Largura Total da Mesa: 1200mm X Profundidade Total da Mesa: 1200 mm X Altura Total da Mesa: 720 mm, Largura da Base Redonda da Mesa: 650 mm. Tampo Fabricado em chapa de MDF de 18 mm de espessura, com superfície em melamínico e fita de borda para acabamento lateral. Extrutura Base de fixação do tampo fabricada com tubos de aço retangular de no mínimo 19x29 mm e 1,48 mm de espessura. Estrutura central confeccionada em tubo de aço com no mínimo 75,20 mm de diâmetro e 2,22 mm de espessura. Base redonda de suporte do pé da mesa fabricada em chapa de aço estrutural ATM A36 com no mínimo 6,30 mm de espessura. Os componentes metálicos pintados possuem tratamento de superfície através de banho nanocerâmico bimetálico por spray, sem uso de produtos clorados para desengraxe, e com posterior tratamento de efluentes, de acordo com as normas ambientais vigentes, proporcionando melhor proteção contra corrosão e excelente ancoragem da tinta. A tinta utilizada para a pintura é em pó, do tipo híbrida (poliéster - epóxi) garantindo resistência a radiação e resistência química, W-eco, atendendo norma Europeia RoHS, isenta de metais pesados, nas cores disponíveis para linha, com camada de 60 mícrons de espessura. Todas as peças são curadas em estufa com esteira de movimentação contínua à temperatura de 200° C.Documentos que podem ser disponibilizados por e-mail - Cópias Simples (sem Autenticação e/ou Reconhecimento de Firma em Cartório): Termo de Garantia mínima de 05 (cinco) anos, incluso os 90 (noventa) dias de garantia legal, contra defeitos de fabricação na estrutura metálica e peças plásticas com função estrutural. E 1 (um) ano para os demais componentes e acabamentos cromados, também contra defeitos de fabricação; Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos, com envio de no mínimo 03 (três) Comprovantes de Destinação Final de Resíduos, demonstrando a responsabilidade da empresa Fabricante do produto, com o meio ambiente e a saúde humana; Certificado de Conformidade do Processo de Preparação e Pintura em Superfícies Metálicas, emitido por OCP, com avaliação da Norma NBR 17088 em chapa soldada, durante no mínimo 1500 horas, com resultado Ri 0; Avaliação das Normas NBR 8095 e NBR 8096 em chapa soldada, de no mínimo 400 horas, com resultado Ri O; E avaliação em chapa sem solda, para as Normas: NBR 10443; ASTM D7091; NBR 11003; ASTM D523, ASTM D3363; NBR 10545; ASTM D3359; e ASTM D2794.

UNIDA 83
DE

## CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



	COR estrutura e tampo cinza.				
	MESA QUADRADA 750X750 – DIMENSÔES APROXIMADAS	UNIDA	84		
	DA MESA: Largura Total da Mesa: 750 mm X Profundidade	DE			
	Total da Mesa: 750 mm X Altura Total da Mesa: 720 mm.				
	TAMPO: Fabricado em chapa de MDF de 18 mm de				
	espessura, com superfície em melamínico e fita de borda				
	acabamento lateral. ESTRUTURA: Base de fixação do				
	tampo fabricado em chapa de aço NBR 6658 com no				
	mínimo 4,73 mm de espessura. Estrutura central				
	confeccionada em tubo de aço com no mínimo 63,00 mm				
	de diâmetro e 1,15 mm de espessura. Base quadrada de				
	suporte do pé da mesa fabricada em chapa de aço				
	estrutural com no mínimo 6,30 mm de espessura. A união				
	das bases no tubo central por processo de solda.				
	ACABAMENTO: Os componentes metálicos pintados				
	possuem tratamento de superfície através de banho				
	nanocerâmico por spray, executado em linha continua				
	automática, sem uso de produtos clorados para				
	desengraxe, e com posterior tratamento de efluentes, de				
	acordo com as normas ambientais vigentes,				
9	proporcionando melhor proteção contra corrosão e				
	excelente ancoragem da tinta. A tinta utilizada para a				
	pintura é em pó, do tipo híbrida (poliéster - epóxi),				
	garantindo resistência a radiação e resistência química,				
	W-eco, atendendo norma Europeia RoHS, isenta de				
	metais pesados, com camada de 60 mícrons de				
	espessura. Todas as peças são curadas em estufa com				
	esteira de movimentação contínua à temperatura de				
	200° C. Documentos que podem ser disponibilizados por				
	e-mail - Cópias Simples (sem Autenticação e/ou				
	Reconhecimento de Firma em Cartório): Termo de				
	Garantia de 05 (cinco) anos, incluso os 90 (noventa) dias				
	de garantia legal, contra defeitos de fabricação na				
	estrutura metálica e peças plásticas com função				
	estrutural. E 1 (um) ano para os demais componentes e				
	acabamentos cromados, também contra defeitos de				
	fabricação; Plano de Gerenciamento dos Resíduos				
	Sólidos, com envio de no mínimo 03 (três) Comprovantes				
	de Destinação Final de Resíduos, demonstrando a				
	responsabilidade da empresa Fabricante do produto,				
	com o meio ambiente e a saúde humana; Certificado de				



	Conformidade do Processo de Preparação e Pintura em Superfícies Metálicas, emitido por OCP, com avaliação da Norma NBR 17088 em chapa soldada, durante no mínimo 1500 horas, com resultado Ri O; Avaliação das Normas NBR 8095 e NBR 8096 em chapa soldada, de no mínimo 400 horas, com resultado Ri O; E avaliação em chapa sem solda, para as Normas: NBR 10443; ASTM D7091; NBR 11003; ASTM D523, ASTM D3363; NBR 10545; ASTM D3359; e ASTM D2794.				
	COR estrutura e tampo cinza.				
	MESA RETANGULAR 4L C/ 02 PÉS, Tampo PROF. 600mm x LARG. 1300mm - Altura 725mm - DIMENSÔES APROXIMADAS DA MESA: Largura Total da Mesa: 1300 mm X Profundidade Total da Mesa: 600 mm X Altura Total da Mesa: 725 mm Tampo Fabricado em chapa de MDF de 18 mm de espessura, com superfície em melamínico e fita de borda para acabamento lateral.	UNIDA DE	70		
10	Utilizada estrutura de suporte do tampo duplo para prover resistência e estabilidade ao conjunto. Estrutura Flange de fixação do tampo fabricado em chapa de aço NBR 6658 com no mínimo 4,73 mm de espessura. Estrutura central confeccionada em tubo de aço redondo com no mínimo de 63,48 mm de diâmetro e 1,17 mm de espessura. Base de suporte quadrada do pé da mesa fabricada em chapa de aço ASTM A36 com no mínimo				
	6,30 mm de espessura. Os componentes metálicos pintados possuem tratamento de superfície através de banho nanocerâmico bimetálico por spray, e com posterior tratamento de efluentes, de acordo com as normas ambientais vigentes, proporcionando melhor proteção contra corrosão e excelente ancoragem da tinta. A tinta utilizada para a pintura é em pó, do tipo híbrida (poliéster - epóxi), garantindo resistência a				
	radiação e resistência química, W-eco, atendendo norma Europeia RoHS, isenta de metais pesados, nas cores disponíveis para linha, com camada de 60 mícrons de espessura. Todas as peças são curadas em estufa com esteira de movimentação contínua à temperatura de 200° C. Documentos que podem ser disponibilizados por e-mail - Cópias Simples (sem Autenticação e/ou				

CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE
Alegre, Aracruz, Cariacica, Ibiraçu, Fundão, João Neiva, Linhares, Santa Teresa,
São Roque do Canaã, Santa Leopoldina, Sooretama, Rio Bananal e Viana.



Reconhecimento de Firma em Cartório): Termo de Garantia de no mínimo 05 (cinco) anos, incluso os 90 (noventa) dias de garantia legal, contra defeitos de fabricação na estrutura metálica e peças plásticas com função estrutural. E 1 (um) ano para os demais componentes e acabamentos cromados, também contra defeitos de fabricação; Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos, com envio de no mínimo 03 (três) Comprovantes de Destinação Final de Resíduos, demonstrando a responsabilidade da empresa Fabricante do produto, com o meio ambiente e a saúde humana; Documento para Acabamento em Peças Metálicas com Pintura: Certificado de Conformidade do Processo de Preparação e Pintura em Superfícies Metálicas, emitido por OCP, com avaliação da Norma NBR 17088 em chapa soldada, durante no mínimo 1500 horas, com resultado Ri 0; Avaliação das Normas NBR 8095 e NBR 8096 em chapa soldada, de no mínimo 400 horas, com resultado Ri 0; E avaliação em chapa sem solda, para as Normas: NBR 10443; ASTM D7091; NBR 11003; ASTM D523, ASTM D3363; NBR 10545; ASTM D3359; e ASTM D2794.

COR estrutura e tampo cinza.



VALOR TOTAL DO LOTE 01

## CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE







LOTE 02 – POLTRONAS E CADEIRAS						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND DE MEDIDA	QUANT.	MARCA	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1	CADEIRA GIRATÓRIA SECRETÁRIA GIRATÓRIA (SEM BRAÇOS) -		365			
	Regulagem de Altura, com Encosto, Estrutura injetada em					
	polipropileno copolímero estruturado com nervuras.					
	Espuma injetada anatomicamente em poliuretano flexível					
	microcelular de alta resistência, isento de CFC, com					
	densidade controlada de no mínimo 43 a 53 Kg/m³ com 38					
	mm de espessura. Revestimento do encosto em					
	Polipropileno, tecido em Vinil na cor preta. Contra capa do					
	encosto injetada em polipropileno copolímero texturizado					
	na cor preta. Assento fabricado em compensado					
	multilaminado resinado, moldado de no mínimo 10 mm de					
	espessura. Possui curvatura na parte frontal. Espuma					
	injetada anatomicamente em poliuretano flexível					
	microcelular de alta resistência, isento de CFC, com					
	densidade controlada de no mínimo 43 a 53 Kg/m³ com 43					
	mm de espessura. Revestimento do assento em					
	Polipropileno, tecido em Vinil na cor preta. Assento com					
	bordas, perfil de PVC. Mecanismo flange com estrutura					
	monobloco fabricado em chapa de aço com no mínimo 2,63					
	mm de espessura e cone inferior fabricado em chapa de aço					
	com no mínimo 2,90 mm de espessura. Alavanca de					
	regulagem de altura da cadeira fabricada em barra de aço					
	redondo com ponteira de acabamento injetada em	UND				
	polipropileno copolímero na cor preta. Suporte do encosto					
	em formato "L" fabricado em tubo de aço oblongo de no					
	mínimo 19x47 mm e 1,49 mm de espessura de parede.					
	Regulagem de altura do encosto feita por peça injetada em					
	nylon 6.6 reforçado com fibra de vidro e travamento por					
	manipulo com 50 mm de curso. Assento fixo com inclinação					
	fixa entre 0° e -5° e furos de fixação por aparafusamento.					
	Regulagem de altura da cadeira por coluna de mola à gás					
	acionado por alavanca. Coluna central em tubo de aço					
	redondo com no mínimo 49,80 mm de diâmetro e 1,48 mm					
	de espessura de parede. Sistema de regulagem de altura da					
	cadeira por coluna de mola a gás. Capa telescópica injetada					
	em polipropileno copolímero texturizado na cor preta. Base					
	giratória desmontável com aranha de 5 hastes fabricada					
	com tubos de aço retangular de no mínimo 19x28 mm e 1,01					
	mm de espessura de parede, soldadas com cone central					
	fabricado em tubo aço redondo com no mínimo 55,15 mm					
	de diâmetro e 2,15 mm de espessura de parede. Pino do					
	rodízio fabricado com aço trefilado redondo com no mínimo					
	9 mm de diâmetro soldado, coberta por polaina injetada em					
	polipropileno copolímero na cor preta com sistema de encaixe plástico entre cone da aranha e a coluna, apoiada					



sobre 5 rodízios de giro duplo com 50 mm de diâmetro em nylon com capa, esfera metálica inserida na estrutura, que facilita o giro. Montagem do rodízio na base é feito diretamente sobre o pino soldado na aranha sem utilização de buchas de adaptação. Acabamento, os componentes metálicos pintados possuem tratamento de superfície através de banho nanocerâmico bimetálico por spray, executado em linha continua automática, sem uso de produtos clorados para desengraxe, e com posterior tratamento de efluentes, de acordo com as normas ambientais vigentes, proporcionando melhor proteção contra corrosão e excelente ancoragem da tinta. A tinta utilizada para a pintura é em pó, do tipo híbrida (poliéster epóxi), garantindo resistência a radiação e resistência química, W-eco, atendendo norma Europeia RoHS, isenta de metais pesados, nas cores disponíveis para a linha, com camada de 60 mícrons de espessura. Todas as peças são curadas em estufa com esteira de movimentação contínua à temperatura de 200° C. DIMENSÕES MÍNIMAS APROXIMADAS: Altura Total da Cadeira: 760 - 928 mm; Profundidade Total da Cadeira: 647 mm: Largura Total da Cadeira: 578 mm; Extensão Vertical do Encosto: 261 mm; Largura do Encosto: 348 mm; Largura do Assento: 438 mm; Profundidade da Superfície do Assento: 380 mm; Altura do Assento: 415 - 530 mm. JUNTO AOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR: Ficha técnica do fabricante referente o objeto; Laudo Técnico emitido Ergonomista, conforme Norma Regulamentadora NR 17 – Ergonomia – conforme redação dada pela Portaria/MTP n° 423 de 07/10/2021, em vigor a partir de 03/01/2022, indicando quais requisitos da Norma o Produto atende; com a respectiva Documentação comprobatória e assinatura do profissional responsável pela Análise Técnica e emissão do Documento supracitado; Certificado de Conformidade com a Norma ABNT NBR 13962:2018 - Emitido por Organismo Certificador de Produto, acreditado pelo INMETRO; Certificado de Conformidade com as Normas ABNT NBR ISO 14020:2002 e ABNT NBR ISO 14024:2004 - Emitido por Organismo Certificador de Produto, acreditado pelo INMETRO (conforme PE-165 - Rótulo Ecológico para mobiliário e cadeiras de escritório). Termo de Garantia de no mínimo 05 (cinco) anos, incluso os 90 (noventa) dias de garantia legal, contra defeitos de fabricação na estrutura metálica e peças plásticas com função estrutural. E 1 (um) ano para os demais componentes e acabamentos cromados, também contra defeitos de fabricação, considerando um turno de trabalho de 8 (oito) horas diárias, por pessoas com um peso até 110 kg, desde que constatadas as condições normais de Uso e Conservação do produto; Poderá ser solicitado ainda, Plano

### CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos, com envio de no mínimo 03 (três) Comprovantes de Destinação Final de Resíduos, demonstrando a responsabilidade da empresa Fabricante do produto, com o meio ambiente e a saúde humana; Laudos para Espuma do Assento/Encosto: Relatório de Ensaio emitido por Laboratório acreditado pelo INMETRO, com avaliação da Norma ABNT NBR 8537/2022 – Espuma flexível de poliuretano - Determinação da Densidade; Relatório de Ensaio emitido por Laboratório acreditado pelo INMETRO, com avaliação da Norma ABNT NBR 8619/2022 - Espuma flexível de poliuretano -Determinação da Resiliência; Relatório de Ensaio emitido por Laboratório acreditado pelo INMETRO, com avaliação da Norma ABNT NBR 9178/2022 - Espuma flexível de poliuretano – Determinação das Características de Queima; Documento para Acabamento em Peças Metálicas com Pintura: Certificado de Conformidade do Processo de Preparação e Pintura em Superfícies Metálicas, emitido por OCP, com avaliação da Norma NBR 17088 em chapa soldada, durante no mínimo 1500 horas, com resultado Ri O; Avaliação das Normas NBR 8095 e NBR 8096 em chapa soldada, de no mínimo 400 horas, com resultado Ri O; E avaliação em chapa sem solda, para as Normas: NBR 10443; ASTM D7091; NBR 11003; ASTM D523, ASTM D3363; NBR 10545; ASTM D3359; e ASTM D2794.



## CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE

Alegre, Aracruz, Cariacica, Ibiraçu, Fundão, João Neiva, Linhares, Santa Teresa, São Roque do Canaã, Santa Leopoldina, Sooretama, Rio Bananal e Viana.





CADEIRA APROXIMAÇÃO EMPILHÁVEL COM ENCOSTO E 1065 UND ASSENTO FIXOS COM EMPILHAMENTO MÁXIMO DE 10 UNIDADES, estrutura metálica na mesma cor do Assento e Encosto preto - Encosto injetado em polipropileno copolímero de alta resistência na cor preta. Possui curvatura anatômica. Pega-mão para auxiliar em movimentações e transporte. A fixação do encosto no tubo de suporte do encosto é feita por sistema de encaixe e fixado por sistema de trava injetada em poliamida de no mínimo 5.8 com travamento no tubo de suporte do encosto sem a utilização de elementos de fixação por aparafusamento. Assento injetado em polipropileno copolímero de alta resistência na, com cor padronizada por pigmentos especiais. Possui curvatura na parte frontal. Torres para fixação da estrutura metálica por sistema de encaixe. A fixação do assento na estrutura é feita com presilhas injetadas em poliamida de no mínimo 5.8 com sistema de encaixe tipo "Click" nas torres de fixação. Separadores para proteção do assento no empilhamento injetada em resina TPE inseridas sob pressão nas presilhas de fixação do assento. Estrutura na cor preta, formada por tubo de aco redondo com no mínimo 18.05 mm de diâmetro e 1,18 mm de espessura de parede, curvada. Suporte do encosto fabricado em tubo de aço redondo com no mínimo 18,05 mm e 1,18 mm de espessura de parede. A união do tubo de suporte do encosto na estrutura da cadeira é feita por processo de solda em célula robotizada formando uma estrutura única para posterior montagem. Assento fixo com inclinação fixa entre -2° e -7°. Sapatas em polipropileno copolímero injetado na cor grafite. Os componentes metálicos pintados possuem tratamento de superfície através de banho nano cerâmico por spray, executado em linha continua automática, sem uso de produtos clorados para desengraxe, e com posterior tratamento de efluentes, de acordo com as normas ambientais vigentes, proporcionando melhor proteção contra corrosão e excelente ancoragem da tinta. A tinta utilizada para a pintura é em pó, do tipo híbrida (poliéster - epóxi) garantindo resistência a radiação e resistência química, Weco, atendendo norma Europeia RoHS, isenta de metais pesados, nas cores disponíveis para linha, com camada de 60 mícrons de espessura. Todas as peças são curadas em estufa com esteira de movimentação contínua à temperatura de 200° C. DIMENSÔES MÍNIMAS APROXIMADAS DA CADEIRA: Altura Total da Cadeira: 790 mm; Largura Total da Cadeira: 480 mm; Profundidade Total da Cadeira: 488 mm; Extensão Vertical do Encosto: 178 mm; Largura do Encosto: 358 mm; Profundidade da Superfície do Assento: 388mm; Largura do Assento: 400 mm; Altura do Assento: 445 mm. JUNTO AOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR Laudo

### CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



		ı			
	Técnico emitido por Ergonomista, conforme Norma				
	Regulamentadora NR 17 – Ergonomia – conforme redação				
	dada pela Portaria/MTP n° 423 de 07/10/2021, em vigor a				
	partir de 03/01/2022, indicando quais requisitos da Norma				
	o Produto atende; com a respectiva Documentação				
	comprobatória e assinatura do profissional responsável pela				
	Análise Técnica e emissão do Documento supracitado;				
	Termo de Garantia de no mínimo 05 (cinco) anos, incluso os				
	90 (noventa) dias de garantia legal, contra defeitos de				
	fabricação na estrutura metálica e peças plásticas com				
	função estrutural. E 1 (um) ano para os demais				
	componentes e acabamentos cromados, também contra				
	defeitos de fabricação; Poderá ainda ser solicitado o Plano				
	de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos, com envio de no				
	mínimo 03 (três) Comprovantes de Destinação Final de				
	Resíduos, demonstrando a responsabilidade da empresa				
	Fabricante do produto, com o meio ambiente e a saúde				
	humana; Documento para Acabamento em Peças Metálicas				
	com Pintura: Certificado de Conformidade do Processo de				
	Preparação e Pintura em Superfícies Metálicas, emitido por				
	OCP, com avaliação da Norma NBR 17088 em chapa soldada,				
	durante no mínimo 1500 horas, com resultado Ri 0;				
	Avaliação das Normas NBR 8095 e NBR 8096 em chapa				
	soldada, de no mínimo 400 horas, com resultado Ri 0; E				
	avaliação em chapa sem solda, para as Normas: NBR 10443;				
	ASTM D7091; NBR 11003; ASTM D523, ASTM D3363; NBR				
	10545; ASTM D3359; e ASTM D2794.				
	1   1				
	.1				
3	CADEIRA COM PRANCHETA: Dimensões totais sem a	UND	509		
	prancheta, mínimas de: A 900 x L 560 x P 550 mm. Encosto				
	em tela 100% poliéster na cor preta, com estrutura de				
	sustentação externa injetada em poliamida com fibra de				
	vidro na cor preta. Dimensões: A 440 x L 430 mm. Estrutura				
	de sustentação interna injetada em polipropileno				
	copolímero na cor preta. Suporte de fixação do encosto				
	1				
	formado por laterais fabricadas em chapa de aço com no				
	mínimo 3,50 mm de espessura, base de fixação no assento				
	fabricado em chapa de aço com no mínimo 3,50 mm de				
	espessura, elemento de fixação do encosto fabricado em				
	tubo de aço oblongo 20x48 com no mínimo 1,50 mm de				
	espessura de parede. A fixação do conjunto encosto e do				
	suporte de fixação do encosto, no assento, é feita com				
	parafusos. Assento fixo, revestido em composto vinílico, na				
	cor preta, fabricado em compensado com 14 mm de				
1					

CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE Alegre, Aracruz, Cariacica, Ibiraçu, Fundão, João Neiva, Linhares, Santa Teresa, São Roque do Canaã, Santa Leopoldina, Sooretama, Rio Bananal e Viana.



espessura. Dimensões: P 460 x L 470 x A 460 mm. Espuma injetada isenta de CFC, com densidade mínima de 45Kg/m³, com no mínimo 45 mm de espessura. Carenagem do assento injetada em polipropileno copolímero na cor preta. Travessas de fixação do assento fabricadas em chapa de aço com no mínimo 4,50 mm de espessura. Elemento de fixação do mecanismo escamoteável fabricado em chapa de aço com no mínimo 4,50 mm de espessura. A união das travessas no tubo de suporte e elemento de fixação da prancheta na estrutura da cadeira é feito por processo de solda. Sapatas injetadas em polipropileno copolímero, na cor preta. Prancheta na cor branca, fabricada em MDF, com 18 mm de espessura e acabamento de borda, revestida na face superior e inferior em laminado melamínico de baixa pressão, unida na estrutura da cadeira, por mecanismo de aço do tipo escamoteável sendo montada do lado direito ou esquerdo conforme solicitação indicando a quantidade de cada uma no momento da compra. Dimensões: L 240 x P 350 mm. Mecanismo escamoteável fabricado em chapa de aço estrutural com no mínimo 4,50 mm de espessura e braço principal fabricado em chapa de aço estrutural com 8,00 mm de espessura. Estrutura da cadeira e do apoia-braços integrada à estrutura principal da cadeira e a travessa de suporte do assento, fabricadas em tubo de aço redondo com no mínimo 22 mm de diâmetro e 1,90 mm de espessura de parede. Apoio de braço fabricado em polipropileno copolímero injetado, na cor preta. Os componentes metálicos pintados possuem tratamento de superfície através de banho nanocerâmico por spray, na cor preta, com tratamento de efluentes, de acordo com as normas ambientais vigentes. O primeiro colocado na licitação deverá apresentar os seguintes documentos, cópias simples para visualização (em caso de dúvidas quanto à veracidade da documentação apresentada, o pregoeiro poderá exigir em qualquer tempo, a documentação autenticada): Laudos emitidos por Laboratórios acreditados pelo Inmetro, com avaliação mínima das Normas: 8537:2015, 8619:2015 e 9178:2015, ou versão atualizada das Normas, para espuma dos assentos; Análise Ergonômica NR 17 - Ergonomia, emitida por Ergonomista ou Profissional de notório conhecimento na área, indicando quais requisitos da Norma o produto atende, com a respectiva documentação comprobatória e assinatura do profissional responsável pela Análise Técnica e emissão do documento supracitado; Garantia do fabricante do produto, mínima de 05 (cinco) anos contra defeitos de fabricação ou se a Garantia ofertada pelo fabricante for maior, prevalecerá esta; Certificado de Conformidade do Processo de Preparação e Pintura em

## CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



	Superfícies Metálicas, emitido por OCP acreditado pelo				
	Inmetro.				
	[ / , /				
	. \				
	1.00				
	( <b>1</b> )()				
4	CADEIRA SECRETÁRIA EXECUTIVA GIRATORIA: Dimensões	UND	694		
	totais, mínimas de: A 840 x L 650 x P 660 mm. Encosto com				
	estrutura interna injetada em polipropileno copolímero.				
	Dimensões mínimas de: A 360 x L 380 mm. Espuma				
	expandida, com no mínimo 40 mm de espessura. Contra				
	capa do encosto injetada em polipropileno copolímero, na				
	cor preta. Assento interno em compensado com 13 mm de				
	espessura. Dimensões: P 430 x L 460 mm. Espuma injetada,				
	isenta de CFC, com densidade mínima de 45 Kg/m³, com 50				
	mm de espessura. Revestimento do assento e encosto em				
	tecido vinil preto. Contra capa do assento injetada em				
	polipropileno, na cor preta. Mecanismo com regulagem de				
	inclinação do encosto em diversas posições, com molas para				
	o retorno automático do encosto, e ajuste automático na				
	frenagem do reclinador e suporte do encosto com				
	regulagem de altura, através de catraca, recoberto por capa				
	injetada em polipropileno copolímero. Apoia braços e corpo				
	do braço em polipropileno copolímero, na cor preta, com				
	estrutura vertical em chapa de aço estrutural com no				
	mínimo 50 mm de largura e 6,00 mm de espessura, regulável				
	na altura, com possibilidade de ajuste horizontal por				
	parafusos. Base giratória desmontável com aranha de cinco				
	hastes fabricada com tubos de aço retangular 20x30 mm e				
	1,50 mm de espessura de parede, soldadas em cone central				
	fabricado em tubo aço redondo com no mínimo 55 mm de				
	diâmetro e 2 mm de espessura de parede. Pino do rodízio				
	fabricado de barra de aço trefilado redondo, soldado na				
	extremidade da haste em furos, coberta por polaina injetada				
	em polipropileno copolímero na cor preta com sistema de				
	encaixe plástico entre cone da aranha e a coluna, apoiada				
	sobre cinco rodízios, com no mínimo 48 mm de diâmetro em				
	nylon com capa e banda de rolagem em nylon. Coluna				
	central fabricada em tubo de aço redondo com no mínimo				
	50 mm de diâmetro e 1,50 mm de espessura de parede com				
	sistema de regulagem de altura da cadeira por coluna de				



mola à gás DIN EN 16955. Altura do assento: 420 - 500 mm (podendo exceder). Capa telescópica injetada em polipropileno copolímero texturizado. Os componentes metálicos pintados possuem tratamento de superfície através de banho nanocerâmico por spray, na cor preta, com tratamento de efluentes, de acordo com as normas ambientais vigentes. O primeiro colocado na licitação deverá apresentar os seguintes documentos, cópias simples para visualização (em caso de dúvidas quanto à veracidade da documentação apresentada, o pregoeiro poderá exigir em qualquer tempo, a documentação autenticada): Relatório de Ensaio com a Norma ABNT NBR 13962:2018, emitido por Laboratório acreditado pelo Inmetro; Análise Ergonômica NR 17 – Ergonomia, emitida por Ergonomista ou Profissional de notório conhecimento na área, indicando quais requisitos da Norma o produto atende, com a respectiva documentação comprobatória e assinatura do profissional responsável pela Análise Técnica e emissão do documento supracitado; Garantia do fabricante do produto, mínima de 05 (cinco) anos contra defeitos de fabricação ou se a Garantia ofertada pelo fabricante for major, prevalecerá esta; Certificado de Conformidade do Processo de Preparação e Pintura em Superfícies Metálicas, emitido por OCP, com avaliação da Norma NBR 17088 em chapa soldada, durante no mínimo 1500 horas, com resultado Ri O; Avaliação das Normas NBR 8095 e NBR 8096 em chapa soldada, de no mínimo 400 horas, com resultado Ri O; E avaliação em chapa sem solda, para as Normas: NBR 10443; ASTM D7091; NBR 11003; ASTM D523, ASTM D3363; NBR 10545; ASTM D3359; e ASTM D2794. Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos, com envio de no mínimo 03 (três) Comprovantes de Destinação Final de Resíduos, demonstrando a responsabilidade da empresa Fabricante do produto, com o meio ambiente e a saúde humana; Relatório de Ensaio emitido por Laboratório acreditado pelo INMETRO, com avaliação da Norma ABNT NBR 8537/2022 – Espuma flexível de poliuretano – Determinação da Densidade; Relatório de Ensaio emitido por Laboratório acreditado pelo INMETRO, com avaliação da Norma ABNT NBR 8619/2022 – Espuma flexível de poliuretano – Determinação da Resiliência; Relatório de Ensaio emitido por Laboratório acreditado pelo INMETRO, com avaliação da Norma ABNT NBR 9178/2022 - Espuma flexível de poliuretano – Determinação das Características de Queima.

# CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE

Alegre, Aracruz, Cariacica, Ibiraçu, Fundão, João Neiva, Linhares, Santa Teresa, São Roque do Canaã, Santa Leopoldina, Sooretama, Rio Bananal e Viana.

Rua: Martins Pescadores, S/N, Bairro Ericina, Ibiraçu – ES – Cep: 29.670-000 Tel: (27) 98125-0110 / (27) 98125-0143 – http://www.cimpolinorte.es.gov.br/



5	POLTRONA GIRATÓRIA PRETA (COM PÉS PRETOS) Dimensões	UND	305		
	totais mínimas de: A 1000 X L 685 X P 685mm. Dimensões				
	mínimas A 600 X L 490mm, Encosto com estrutura de				
	sustentação externa preta e interna na cor preta fabricada				
	em tubos de aço industrial redondo com no mínimo 22 mm				
	de diâmetro e parede de 1,80 mm e 1,40 mm				
	respectivamente. Encosto com curvatura anatômica.				
	Revestimento do encosto em Tela Preta 100% Poliéster com				
	acabamento em resina acrílica LAL, espessura de 0,85 mm e				
	200g/m² de gramatura. Suporte de fixação do encosto no				
	mecanismo fabricado em chapa de aço estrutural com no				
	mínimo 76 mm de largura e 6,30 mm de espessura. Capa de				
	acabamento da mola de fixação do encosto na cor preta. A				
	fixação do encosto interno no encosto externo é feita com				
	parafuso. A fixação do conjunto encosto e apoio lombar no				
	mecanismo é feita com parafusos. Fabricado em				
	compensado, moldado com no mínimo 11 mm de				
	espessura. Espuma expandida/laminada, isenta de CFC, com				
	no mínimo 24 mm de espessura. Suporte de sustentação				
	fabricado em chapa de aço com 4,25 mm de espessura, com				
	regulagem de altura que possibilita 75 mm de curso. A				
	regulagem é feita pelo usurário de forma automática sem o				
	uso de botões ou gatilhos. Revestimento em Space fixado				
	por grampos com acabamento zincado. A fixação do apoio				
	lombar no mecanismo é feita com parafusos. Dimensões P				
	465 X L 485 mm, Assento fabricado em compensado,				
	moldado anatomicamente com 14 mm de espessura. Possui				
	curvatura na parte frontal do. Espuma do assento injetada				
	anatomicamente em poliuretano flexível microcelular de alta resistência, isento de CFC, com densidade controlada de				
	45 a 50 Kg/m <sup>3</sup> com no mínimo 59 mm de espessura.				
	Revestimento do assento em Couro Ecológico na cor preta.				
	Contracapa do assento injetada em polipropileno				
	copolímero texturizado na cor preta. Apoia braços e corpo				
	do braço em polipropileno copolímero injetado texturizado				
	na cor preta, com estrutura vertical em formato de "L"				
	fabricada em chapa de aço estrutural com 50,50 mm de				
	largura e 6,35 mm de espessura, pintada, com no mínimo 6				

# CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



posições de regulagem de altura feita por botão injetado em Poliamida 6, totalizando 85 mm de curso. A estrutura vertical em formato de "L" possui 2 furos oblongos, permitindo ajuste horizontal por parafuso com utilização de chave com curso de 25 mm em cada braço durante a montagem do braço no assento. A fixação do braço no assento é feita com parafusos. Mecanismo com sistema reclinador do encosto, de estrutura monobloco fabricado em chapas laterais em aço com 3,00 mm de espessura, suporte de fixação do encosto fabricado em chapa de aço com 4,25 mm de espessura, soldado por processo robotizada, com assento fixo e com inclinação com 3º de inclinação. Inclinação do encosto com 16° de curso semicircular acionado por alavanca, obtendo-se infinitas regulagens, com molas para o retorno automático do encosto, e ajuste automático na frenagem do reclinador. Alavanca de travamento do sistema reclinador do encosto, injetada em Poliacetal na cor preta possui duas formas de acionamento. Ao ser movimentada para cima a mesma possibilita uma regulagem fina do encosto enquanto a alavanca permanecer acionada pelo usuário. Ao ser movimentada para baixo a alavanca permanece acionada sem a ação do usuário e permite que o encosto fique em movimento livre até que o usuário puxe novamente a alavanca para a posição neutra aonde ela irá frenar o mecanismo na posição desejada. Acionamento da coluna gás feita por alavanca independente injetada em poliamida 6.0 com 30% de reforço de fibra de vidro na cor preta. Possui sistema de encaixe da coluna através de cone Morse. Coluna central em tubo de aço redondo com no mínimo 50 mm de diâmetro e 1,40 mm de espessura de parede. Sistema de regulagem de altura da cadeira por coluna de mola à gás. Possui sistema de montagem na base e no mecanismo por encaixe cone Morse. Base giratória desmontável com aranha com polaina preta de 5 hastes fabricada em chapa de aço com 2,65 mm de espessura, soldadas em cone central fabricado em tubo aço redondo com 57,15 mm de diâmetro e 2,25 mm de espessura de parede. Pino do rodízio fabricado de barra de aço trefilado redondo com 10 mm de diâmetro. Sistema de acoplamento plástico entre cone da aranha e a coluna injetado em polipropileno copolímero na cor preta, apoiada sobre 5 rodízios de giro duplo com 50 mm de diâmetro em nylon com capa, esfera metálica inserida na estrutura, banda de rolagem em nylon para uso em carpetes, tapetes e similares ou banda de rolagem em poliuretano para uso em piso duro, amadeirados e com revestimentos vinílicos. Possui sistema de montagem da coluna na base por encaixe cone Morse. Os componentes metálicos pintados possuem tratamento de superfície através de banho nanocerâmico bimetálico por spray,

# CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



executado em linha continua automática, sem uso de produtos clorados para desengraxe, e com posterior tratamento de efluentes, de acordo com as normas ambientais vigentes, proporcionando melhor proteção contra corrosão e excelente ancoragem da tinta. A tinta utilizada para a pintura é em pó, do tipo híbrida (poliéster epóxi) garantindo resistência a radiação e resistência química, W-eco, atendendo norma Europeia RoHS, isenta de metais pesados, nas cores acima citadas, com camada de 60 mícrons de espessura. Todas as peças são curadas em estufa com esteira de movimentação contínua à temperatura de 200° C. Os componentes metálicos cromados possuem a superfície preparada através de decapagem química e polimento, recebendo posteriormente dupla camada de níquel e banho de cromo decorativo trivalente. Obs.: As dimensões podem variar em até 5%(cinco) para mais ou para menos. Documentos que podem ser disponibilizados por e-mail - Cópias Simples (sem Autenticação e/ou Reconhecimento de Firma em Cartório): Laudo Técnico emitido por Ergonomista, conforme Regulamentadora NR 17 – Ergonomia – conforme redação dada pela Portaria/MTP n° 423 de 07/10/2021, em vigor a partir de 03/01/2022, indicando quais requisitos da Norma o Produto atende; com a respectiva Documentação comprobatória e assinatura do profissional responsável pela Análise Técnica e emissão do Documento supracitado; Termo de Garantia mínima de 05 (cinco) anos, incluso os 90 (noventa) dias de garantia legal, contra defeitos de fabricação na estrutura metálica e peças plásticas com função estrutural. E 1 (um) ano para os demais componentes e acabamentos cromados, também contra defeitos de fabricação, considerando um turno de trabalho de 8 (oito) horas diárias, por pessoas com um peso até 110 kg, desde que constatadas as condições normais de Uso e Conservação do produto; Laudos para a Tela do Encosto): Relatório de Ensaio emitido por Laboratório acreditado pelo Inmetro, conforme Norma ABNT NBR 13384:1995 (Resistência ao Estouro) e ABNT NBR 10591:2008 (Gramatura); Laudos para Espuma do Assento: Relatório de Ensaio emitido por Laboratório acreditado pelo INMETRO, com avaliação da Norma ABNT NBR 8537/2015 — Espuma flexível de poliuretano – Determinação da Densidade; Relatório de Ensaio emitido por Laboratório acreditado pelo INMETRO, com avaliação da Norma ABNT NBR 8619/2015 – Espuma flexível de poliuretano – Determinação da Resiliência; Documento para Acabamento em Peças Metálicas com Pintura: Certificado de Conformidade do Processo de Preparação e Pintura em Superfícies Metálicas, emitido por OCP, com avaliação em Chapa sem Solda: ASTM D2794; NBR 10443; ASTM D7091; ASTM D3363; NBR 11003;

## CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



	ASTM D3359; ASTM D523 e NBR 10545; avaliação das				
	Normas NBR 8095 e NBR 8096 em Chapa Soldada, durante				
	408 horas, com resultados d0/t0 - Ri 0; e, avaliação da				
	Norma NBR 8094 em Chapa Soldada, durante 1512 horas,				
	com resultado d0/t0 – Ri.				
	, , , , , , , , , , , , , , , , , , ,				
	Company of the Compan				
	17.5				
6	CADEIRA EXECUTIVA FIXA - ESTRUTURA NA COR PRETA (NÃO	UND	211		
	GIRATÓRIA E COM BRAÇOS): Dimensões totais, mínimas de:				
	A 900 x L 550 x P 585mm. Encosto em tela preta 100%				
	poliéster, com estrutura de sustentação fabricada em tubo				
	de aço redondo, na cor preta, com no mínimo 22 mm de				
	diâmetro e 1,50 mm de espessura de parede. Dimensões: A				
	470 x L 430 mm. A fixação do encosto na estrutura é feita				
	com parafusos. Assento fabricado em compensado com 13				
	mm de espessura. Espuma injetada isenta de CFC, com				
	densidade mínima de 45 Kg/m³, com 50 mm de espessura,				
	revestido em composto vinílico, na cor preta. Dimensões: P				
	430 x L 460 x A 460 mm. Contra capa do assento injetada em				
	polipropileno, na cor preta. Estrutura do apoia-braços				
	integrado a estrutura principal da cadeira fabricado em tubo				
	de aço redondo com no mínimo 25 mm de diâmetro e 2 mm				
	de espessura de parede. Apoio de braço fabricado em				
	polipropileno, na cor preta. Estrutura formada por tubo de				
	aço redondo com no mínimo 25 mm de diâmetro e 2 mm de				
	espessura da parede. Travessa de suporte do assento				
	fabricado em tubo em aço redondo com no mínimo 25 mm				
	de diâmetro e 2 mm de espessura de parede. Travessas de				
	fixação do assento fabricadas em chapa de aço com no				
	mínimo 30 mm de largura e 4,50 mm de espessura. Suporte				
	do encosto fabricada em chapa de aço com no mínimo 4 mm				
	de espessura. Sapatas injetadas em polipropileno				
	copolímero na cor preta. Os componentes metálicos				
	pintados possuem tratamento de superfície através de				
	banho nanocerâmico por spray, na cor preta, com				
	tratamento de efluentes, de acordo com as normas				
	ambientais vigentes. O primeiro colocado na licitação				
	deverá apresentar os seguintes documentos, cópias simples				
	para visualização (em caso de dúvidas quanto à veracidade				
	da documentação apresentada, o pregoeiro poderá exigir				
	Ancio nimi ico na presti o noi inonte				

# CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



	em qualquer tempo, a documentação autenticada): Laudos emitidos por Laboratórios acreditados pelo Inmetro, com avaliação mínima das Normas. Certificado de Conformidade com a Norma ABNT NBR 13962:2018, emitido por OCP acreditado pelo Inmetro; Análise Ergonômica NR 17 — Ergonomia, emitida por Ergonomista ou Profissional de notório conhecimento na área, indicando quais requisitos da Norma o produto atende, com a respectiva documentação comprobatória e assinatura do profissional responsável pela Análise Técnica e emissão do documento supracitado; Garantia do fabricante do produto, mínima de 05 (cinco) anos contra defeitos de fabricação ou se a Garantia ofertada pelo fabricante for maior, prevalecerá esta; Certificado de Conformidade do Processo de Preparação e Pintura em Superfícies Metálicas, emitido por OCP acreditado pelo Inmetro.				
7	LONGARINA 03 LUGARES S/ BRAÇO – 110KG POR ASSENTO.	UND	488		
	Dimensões totais, mínimas de: A 798 x L 1524 x P 518mm.				
	Encosto injetado na cor preta em polipropileno copolímero				
	de alta resistência, com cor padronizada por pigmentos				
	especiais. Possui curvatura anatômica. Somente com os				
	Furos de aeração em desenho elíptico. Suporte do encosto				
	e assento fabricado em tubo de aço oblongo, medidas				
	mínimas de 15x28 mm e 1,49 mm de espessura. Travessas				
	de união mínima de 4,74 mm de espessura.				
	A união travessa, tubo de suporte, encosto e assento é por solda.				
	Ponteiras acabamentos em polipropileno na cor preta.				
	Fixação encosto no tubo de suporte do encosto por sistema				
	de encaixe e fixado por pino injetado. Suporte do encosto e				
	assento com acabamento na cor preta. Dimensões P 260 X L				
	456 mm. Assento injetado na cor preta em polipropileno				
	copolímero de alta resistência, com cor padronizada por				
	pigmentos especiais. Possui curvatura. Nervuras na parte				
	inferior e furos de aeração em desenho elíptico.				

# CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



Fixação assento é feita por parafusos especiais para plástico. A fixação do conjunto assento e encosto na estrutura da longarina é feita com parafusos. Dimensões P 392 X L 463mm. Altura do Assento: 433 mm. Estrutura da longarina em tubo de aço de quadrado mínimas de 48x48mm e 1,48 mm de espessura, travessas em chapas de aço com no mínimo de 4,73 mm de espessura. Encaixe cônico. Componentes unidos por solda, formando um conjunto por encaixe cônico. Pé lateral fabricado em tubo de aço redondo com no mínimo 30,75 mm de diâmetro e 1,48 mm de espessura. Encaixe cônico fabricado em tubo de aço Os componentes são unidos por solda. Sapatas frontais, ponteiras e acabamentos da longarina injetados em polipropileno copolímero na cor preta. Sapatas traseiras injetadas em poliamida com sistema de regulagem na cor preta. Estrutura horizontal, pés laterais da longarina na cor preta. Os componentes metálicos pintados possuem tratamento de superfície através de banho nanocerâmico bimetálico por spray, sem uso de produtos clorados para desengraxe, e com posterior tratamento de efluentes, de acordo com as normas ambientais vigentes. A tinta utilizada é em pó, do tipo híbrida (poliéster - epóxi), garantindo resistência a radiação e resistência química, W-eco, atendendo norma Europeia RoHS, isenta de metais pesados, nas cores disponíveis para linha, com camada de 60 mícrons de espessura. Todas as peças são curadas em estufa com esteira de movimentação contínua à temperatura de 200° C. Capacidade de carga de até 110 kg por assento em condições normais de uso sem impactos durante 8 horas por dia durante 5 dias por semana. Documentos que podem ser disponibilizados por e-mail - Cópias Simples (sem Autenticação e/ou Reconhecimento de Firma em Cartório): Laudo Técnico emitido por Ergonomista, conforme Norma Regulamentadora NR 17 – Ergonomia – conforme redação dada pela Portaria/MTP n° 423 de 07/10/2021, em vigor a partir de 03/01/2022, indicando quais requisitos da Norma o Produto atende; com a respectiva Documentação comprobatória e assinatura do profissional responsável pela Análise Técnica e emissão do Documento supracitado; Termo de Garantia mínima de 05 (cinco) anos, incluso os 90 (noventa) dias de garantia legal, contra defeitos de fabricação na estrutura metálica e peças plásticas com função estrutural. E 1 (um) ano para os demais componentes e acabamentos cromados, também contra defeitos de fabricação, considerando um turno de trabalho de 8 (oito) horas diárias, por pessoas com um peso até 110 kg, desde que constatadas as condições normais de Uso e Conservação do produto; Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos, com envio de no mínimo 03 (três) Comprovantes de Destinação Final de Resíduos,

# CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



demonstrando a responsabilidade da empresa Fabricante

do produto, com o meio ambiente e a saúde humana; Certificado de Conformidade do Processo de Preparação e Pintura em Superfícies Metálicas, emitido por OCP, com avaliação da Norma NBR 17088 em chapa soldada, durante no mínimo 1500 horas, com resultado Ri 0; Avaliação das Normas NBR 8095 e NBR 8096 em chapa soldada, de no mínimo 400 horas, com resultado Ri 0; E avaliação em chapa sem solda, para as Normas: NBR 10443; ASTM D7091; NBR 11003; ASTM D523, ASTM D3363; NBR 10545; ASTM D3359; e ASTM D2794.		
VALOR TOTAL		
VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$		
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (Responsável pelas trata – Informações Obrigatórias:  NOME.:  E-MAIL.:  TELEFONE.:		trato)

# DECLARAÇÃO

1 – Nos valores cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos,

# CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

2 — Declaramos conhecer a legislação de regência desta aquisição e que os objetos/serviços desta proposta serão fornecidos de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos, que conhecemos e aceitamos em todos os seus termos.

3 – O prazo de validade desta proposta é de 90 (noventa) dias corridos.
de de 2025.
Local/Data
Atenciosamente,
Nome e assinatura do responsável pela empresa Nome da empresa e carimbo

# CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



# ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

# (papel timbrado da licitante)

Ao
CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE — CIM POLINORTE
Sede: Rua Martins Pescadores, s/nº, Bairro Ericina, Edifício Gilson Amaro − Ibiraçu-ES.
(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), estabelecida na(ENDEREÇO COMPLETO), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada pelo seu (REPRESENTANTE/SÓCIO/PROCURADOR) no uso de suas atribuições legais, vem:
DECLARAR, sob as penas da Lei e para fins de participação no presente certame, que:
( ) cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 4 a 49, observado o disposto no §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021, no caso do licitante enquadrado como microempresa empresa de pequeno porte ou equiparada;
( ) não celebrou contratos com a Administração Pública, no ano calendário de realização da licitação cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do que dispõe art. 4º da Lei 14.133/21¹

## CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE

<sup>1</sup> Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

<sup>§ 1</sup>º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:

I - no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

<sup>§ 2</sup>º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

<sup>§ 3</sup>º Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo.



- \* Marcar os itens acima caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa na condição de receber as benesses da LC 123/2006 e art. 4º da Lei 14.133/2021.
- a) cumpre plenamente os requisitos de habilitação, e que sua proposta está em conformidade com as exigências estabelecidos no instrumento convocatório.
- b) está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos par atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas lei trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- c) inexiste quaisquer fatos impeditivos à sua participação na licitação, bem como que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes e, ainda, que não está impedida de participar de licitações de quaisquer órgãos ou entidades da Administração Pública.
- d) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

Ressalva: ( ) emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Obs.: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

- e) não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III d art. 5º da Constituição Federal;
- f) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- g) cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021 no caso de licitante organizado em cooperativa;
- h) está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, d 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do objeto licitado, não podendo divulgar, revelar, produzir utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

# CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



- i) não mantêm vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- I) que a proposta apresentada para participar da presente Licitação foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- m) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da presente Licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- n) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação quanto a participar ou não da referida licitação;
- o) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- p) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- q) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Por ser verdade assina a p	resente.	
,	de	de 2025
Local/Data		

Assinatura do Responsável Legal pela Empresa (Nome Legível/Cargo/CPF)

## CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE

Alegre, Aracruz, Cariacica, Ibiraçu, Fundão, João Neiva, Linhares, Santa Teresa, São Roque do Canaã, Santa Leopoldina, Sooretama, Rio Bananal e Viana.

Rua: Martins Pescadores, S/N, Bairro Ericina, Ibiraçu – ES – Cep: 29.670-000 Tel: (27) 98125-0110 / (27) 98125-0143 – http://www.cimpolinorte.es.gov.br/





# ANEXO IV – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ATA DE REGISTRO DE PREÇOS №

PROCESSO ADMNISTRATIVO	№ XXX/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº	/2025

O CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE/ES, inscrito no CNPJ sob o nº. 02.618.132/0001-07,
com sede na Rua Martins Pescadores, s/n, Bairro Professora Ericina Pagiola, Ibiraçu/ES – Cep: 29.670-
000, neste ato representado pelo xxxx., portador do RG nº e CPF nº xxxx, considerando o
julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº
/202, publicada no de/202, processo administrativo n.º, RESOLVE registrar
os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com o lote disputado e a
classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas
no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de
2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

# 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de ....... , especificado(s) no(s) item(ns)....... do ........ Termo de Referência que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

# 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada lote, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD MÍNIMA	QTD MÁXIMA	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
xx		UND.					

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

# 3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador será o Consorcio Público CIM Polinorte.

# CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



- 3.2. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:
- 3.2.1. MUNICÍPIO DE IBIRAÇU/ES
- 3.2.2. MUNICÍPIO DE JOÃO NEIVA/ES
- 3.2.3. MUNICÍPIO DE LINHARES
- 3.2.4. MUNICÍPIO DE RIO BANANAL/ES
- 3.2.5. MUNICÍPIO DE SANTA LEOPOLDINA/ES
- 3.2.6. MUNICÍPIO DE SANTA TERESA/ES
- 3.2.7. MUNICÍPIO DE SÃO ROQUE DO CANAÃ
- 3.2.8. MUNICÍPIO DE SOORETAMA/ES
- 3.2.9. CONSÓRCIO CIM POLINORTE

# 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal e demais consórcios públicos que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
- 4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir ao lote da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles lotes para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

## CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



# Dos limites para as adesões

- 4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- 4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
- 4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

# Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

#### 5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO DE RESERVA

- 5.1. A presente Ata de Registro de Preço tem vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua publicação, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 5.1.1. Na hipótese de inviabilidade técnica de publicação no PNCP, a publicação de que trata o item 5.1. deverá ocorrer no Diário da Amunes.
- 5.2. A ata de registro de preços terá vigência pelo prazo de 1 (um) ano e poderá ser prorrogada por igual período, desde comprovada a vantajosidade, sendo seus quantitativos renovados na totalidade, ainda que haja saldo anterior.
- 5.3. O saldo remanescente não é cumulativo com os quantitativos previstos da renovação.
- 5.4. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 5.5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

# CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



- 5.6. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.6.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.6. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.7. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.8. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 5.8.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;
- 5.9. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.10. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

# 6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 6.1.1.Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 6.1.2.Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
- 6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



# 7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
- 7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- 7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

# CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



- 7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
- 8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
- 8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- 8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- 8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
- 8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

# 9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

## CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



- 9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 9.4.1. Por razão de interesse público;
- 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

# **10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

# CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



- 10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 10.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (Regulamento Consórcio Público da Região Polinorte CIM POLINORTE), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante à aplicação da penalidade (Regulamento Consórcio Público da Região Polinorte CIM POLINORTE).
- 10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

# 11. CONDIÇOES GERAIS

- 11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
- 11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Ibiraçu/ES, ...... de ...... de 2025.

Representante legal do órgão gerenciador

CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE - ORGÃO GERENCIADOR

Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

EMPRESA XXXX- COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR

# CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE

Alegre, Aracruz, Cariacica, Ibiraçu, Fundão, João Neiva, Linhares, Santa Teresa, São Roque do Canaã, Santa Leopoldina, Sooretama, Rio Bananal e Viana.

Rua: Martins Pescadores, S/N, Bairro Ericina, Ibiraçu – ES – Cep: 29.670-000 Tel: (27) 98125-0110 / (27) 98125-0143 – http://www.cimpolinorte.es.gov.br/



# ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS № XXX

# **CADASTRO RESERVA**

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
XX		UND.				

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
xx		UND.				

# CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE







#### ANEXO VI - MINUTA DE CONTRATO

Obs: o Contrato poderá ser substituído por ordem/autorização de fornecimento.

Processo Administrativo n°	
FIUCESSU AUITIIIIISH alivu II	

Pregão nº

CONTRATO ADMINISTRATIVO № XXX/2025, (FORNECIMENTO) QUE ENTRE SI CELEBRAM O XXXX E A EMPRESA XXX

O (ente contratante), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº.
, com sede na, neste ato representado pelo Senhor
, brasileiro, casado, gestor público, residente, portador
do CPF nºe da CI nº doravante denominado <b>CONTRATANTE</b> , e o(a)
, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na
, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por
(nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa
<i>OU procuração apresentada nos autos,</i> tendo em vista o que consta no Processo nº
e em observância às disposições da <u>Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021</u> , e
demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do
Preago Eletrônico n/ mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

# 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de ......, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Objeto da contratação:

# (DESCREVER OS ITENS COM QUANTIDADES, VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS E MARCA, QUANDO COUBER)

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD MÍNIMA	QTD MÁXIMA	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
xx		UND.					

- 1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.1.1. O Termo de Referência;
- 1.1.2. O Edital da Licitação;
- 1.1.3. A Proposta do contratado;
- 1.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

# CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



# 2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de ......, contados do(a) .....,na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021. (na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.)
- 2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

# 3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

# 4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

# 5. CLAÚSULA QUINTA-PREÇO

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$ ...... (....).
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

# 6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

# 7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, nos termos do art. 25, § 7º da Lei nº 14.133/2021.
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais poderão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice *IPCA- Índice*

#### CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou outro que vier a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. Os pedidos de revisão contratual, por repactuação ou reequilíbrio econômico financeiro, serão respondidos em até um mês, de acordo com o artigo 92, X e XI da lei 14.133/21.
- 7.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

# 8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

#### CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



- 8.8. Cientificar o órgão gerenciador da ARP para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado, sem prejuízo de qualquer ação proposta pelo contratante;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de *10 (dez) dias* a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, ressalvados os casos de ausência e informações necessárias à apuração do requerido.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

# 9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (<u>Lei nº 8.078, de 1990</u>);
- 9.4. Obedecer as especificações constantes no Termo de Referência;
- 9.5. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.6. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

#### CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



- 9.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.8. Responsabilizar-se pela entrega do material/execução dos serviços, ressaltando que todas as despesas de transporte e outras necessárias ao cumprimento de suas obrigações serão de responsabilidade da contratada;
- 9.9. Realizara entrega/executar os serviços dentro do prazo estipulado;
- 9.10. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.11. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT;
- 9.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.13. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.14. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

#### CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



9.18. Além das demais obrigações assumidas neste contrato, a CONTRATADA compromete-se a cumpri-las sem prejuízo das enunciadas no Termo de Referência.

# 10. CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

# 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o CONTRATADO que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.2. Serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- I. Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/21;
- II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/21;
- III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, conforme art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/21;

#### CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



- IV. Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- V. Ultrapassado o prazo de 30 (trinta) dias de atraso, fica autorizado à CONTRATANTE a rescisão contratual por culpa da CONTRATADA, convertendo-se a multa em compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;
- V.I. Aplicam-se no contrato as multas compensatórias previstas no Termo de Referência.
- 11.3. A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/21);
- 11.3.1. Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/21);
- 11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/21);
- 11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/21);
- 11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/21, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
- 11.5. Na aplicação das sanções serão considerados os aspectos elencados no art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/21
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

#### CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



- 11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);
- 11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.8. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do <u>art. 163 da Lei nº 14.133/21</u>.
- 11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma do Regulamento Consórcio Público da Região Polinorte CIM POLINORTE.

# 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

- 12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 12.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

#### CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



- 12.1.3. Caso a notificação da não continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
- 12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.3.3. Indenizações e multas.
- 12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 12.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

# 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos, na dotação abaixo discriminada:

# 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE



# 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

- 15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos <u>arts. 124 e seguintes da</u> <u>Lei nº 14.133, de 2021</u>.
- 15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

# 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no <u>art. 94 da Lei 14.133, de 2021</u>, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.

#### 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA-FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Sede do Contratante para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

#### CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE

